



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Nuno José Correia de Freitas Couto Esteves

**AVALIAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA EM CENTROS
HISTÓRICOS:**

O caso de Vila Nova de Cerveira

Tese de Mestrado

Engenharia Municipal

Trabalho efectuado sob a orientação da

Professora Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa Lourenço

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a ajuda e participação de algumas pessoas, às quais não poderia deixar de agradecer o imenso apoio e incentivo prestado.

À minha Orientadora, Professora Doutora Júlia Lourenço, pela disponibilidade demonstrada, estímulo e partilha de conhecimentos, qualidades louváveis que foram fundamentais à elaboração da dissertação.

À minha Família e Amigos, por toda a atenção e apoio, fundamentais à conclusão desta tese.

Aos meus Pais, agradeço o facto de terem colocado a educação e o respeito das minhas decisões em primeiro lugar, estando sempre por perto garantindo força, carinho, alegria...

À minha Esposa, por me acompanhar em todos os momentos e apoiar as minhas escolhas.

À Instituição, pela oportunidade que me proporcionou em elaborar a tese.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Junho de 2009

RESUMO

Avaliação da Requalificação Urbanística em Centros Históricos: O caso de Vila Nova de Cerveira

Os Centros Históricos, como espaços públicos constituidores de uma realidade social, cultural e funcional, em constante mutação e decorrente das mais diversas exigências dos tempos modernos, implicam a necessidade de adoptar práticas eficazes de intervenção e sua correcta aferição. Assim, o objectivo geral desta dissertação é o de elaborar uma metodologia de avaliação acerca da requalificação urbana de Centros Históricos, tomando como estudo de caso, o de Vila Nova de Cerveira, permitindo deste modo, criar uma ferramenta teórica e prática que seja útil na hora de intervir num espaço público, com a notoriedade e fragilidade a que um Centro Histórico está submetido.

Neste contexto e numa primeira fase, o estudo apresentado abordou a área, processo de planeamento e fases da intervenção. Numa segunda fase, procurou-se avaliar pela análise dos resultados obtidos, uma série de aspectos qualitativos e quantitativos, bem como de análise da participação pública. A avaliação qualitativa, consistiu numa análise visual de forma a concluir acerca da melhoria das transformações operadas nos vários espaços públicos alvos de intervenção. A avaliação quantitativa, realizou-se em termos de custos associados aos vários trabalhos efectuados, bem como em termos de áreas de implantação. No caso da participação pública e face à sua importância em todo o processo de requalificação, efectuou-se uma discussão dos resultados obtidos, tendo por base aquilo que eram os anseios da população residente.

No que respeita às conclusões, evidencia-se o traço distintivo de qualidade dos espaços públicos requalificados, salientando-se a sintonia verificada nas transformações operadas face àquilo que eram os principais anseios da população. Assim, conclui-se quanto à revitalização de funções e à melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com aquilo que são os valores e memórias de um Centro Histórico.

ABSTRACT

Evaluation of the urban upgrading of historic centres: the case of Vila Nova de Cerveira.

The historic centres as public spaces, part of a functional, cultural and social reality, that are constantly changing and responding to the most diverse demands of modern times, involve the need to adapt efficient intervention practices and their correct control. Thus, the general goal of this dissertation is to elaborate an evaluation methodology concerning the urban upgrading of historic centres, using as a case study, Vila Nova de Cerveira, and, as a consequence, allowing for the creation of a practical and theoretical tool, useful at the moment of interfering in a public space, with the notoriety and instability to which a historic centre is subjected.

In this context, and in a first phase, this study approaches the area of the planning process and of the interventions stages involved. In a second phase, it aims at evaluation using the analysis of the obtained results, several qualitative and quantitative aspects, as well as the analysis of the public participation. The qualitative evaluation is composed by a visual analysis in a way to draw conclusions on the improvement of the changes that occurred on the diverse public spaces which were the targets of the intervention. The quantitative evaluation was made in terms of costs associated to the various works that were done, as well as in terms of implantation areas. In the case of the public participation and facing its importance in all the upgrading process, a debate about the obtained results took place, based on the wishes of the resident population.

In conclusion, the study evidences the differentiating quality aspects of the upgraded public spaces, pointing out the tuning verified on the changes that occurred, comparing it with the main wishes of the population. So, the conclusions are made according to the revitalisation of functions and to the improvement of the quality of life of the population, in harmony with the values and memories of the historic centre.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE	vi
ÍNDICE DE IMAGENS.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
CAPÍTULO 1	1
INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJECTIVOS	1
1.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE	2
1.3 ESTUDO DE CASO	5
1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	5
CAPÍTULO 2	7
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
2.1 INTRODUÇÃO	7
2.2 O CENTRO HISTÓRICO - DEFINIÇÃO	7
2.3 CENTROS HISTÓRICOS E SUA EVOLUÇÃO NO TEMPO.....	8
2.4 CENTRO HISTÓRICO - VALORES, FUNÇÕES E REALIDADES	11
2.5 CENTRO HISTÓRICO – MODELO DE INTERVENÇÃO	13
2.6 CENTRO HISTÓRICO – O QUE ANALISAR / OS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS	17
2.7 COMO AVALIAR O ESPAÇO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO	20
2.8 SÍNTESE	22
CAPÍTULO 3	23
A INTERVENÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM VILA NOVA DE CERVEIRA	23
3.1 INTRODUÇÃO	23
3.2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA.....	24
3.3 O PROCESSO DE PLANEAMENTO	25
3.4 AS FASES DE INTERVENÇÃO	27
3.5 SÍNTESE	30

CAPÍTULO 4	32
AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO	32
4.1 INTRODUÇÃO	32
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA	32
4.2.1 Conceptual	32
4.2.2 Tráfego/arruamentos	33
4.2.3 Pavimentação	39
4.2.4 Acessibilidades	44
4.2.5 Resíduos	46
4.2.6 Espaços verdes	47
4.2.7 Mobiliário urbano	51
4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA	56
4.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	64
4.5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	66
CAPÍTULO 5	70
CONCLUSÃO	70
5.1 CONCLUSÕES GERAIS	70
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO 1	80

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem n.º 1 – Praça do Município, em 2000	30
Imagem n.º 2 – Praça do Município, em 2008	30
Imagem n.º 3 – Vista do Largo do Terreiro, em 2000	34
Imagem n.º 4 – Vista do Largo do Terreiro, em 2008	34
Imagem n.º 5 – Planta da Praça Alto Minho, em 2000	35
Imagem n.º 6 – Planta da Praça Alto Minho, em 2008	35
Imagem n.º 7 – Vista da Av. 1º de Outubro, em 2000	36
Imagem n.º 8 – Vista da Av. 1º de Outubro, em 2008	36
Imagem n.º 9 – Aspecto de uma rampa de acesso a garagem na Av. 1º de Outubro, em 2008	36
Imagem n.º 10 – Pormenor do estacionamento, sentido de circulação e material de pavimento na Av. 1º de Outubro, em 2008	36
Imagem n.º 11 – Planta da Praça D. Dinis, em 2000	37

Imagem n.º 12 – Planta da Praça D. Dinis, em 2008.....	37
Imagem n.º 13 – Planta da Praça do Município em 2000.....	37
Imagem n.º 14 – Planta da Praça do Município, em 2008.....	37
Imagem n.º 15 – Arruamento principal da Praça do Município, visto do lado sul (entrada da Vila a partir da EN 13), em 2000.....	38
Imagem n.º 16 – Vista do arruamento da Praça do Município, em 2008.....	38
Imagem n.º 17 – Aspecto da configuração de desenho e tipo de material no Largo do Terreiro, em 2008.....	39
Imagem n.º 18 – Configuração do desenho ao nível do arruamento no Largo do Terreiro, em 2008.....	39
Imagem n.º 19 – Tipo e configuração da pavimentação no adro da Igreja Matriz, em 2008.....	40
Imagem n.º 20 – Tipo e configuração da pavimentação junto ao solar dos Castros (actual Biblioteca Municipal), em 2008.....	40
Imagem n.º 21 – Pormenor do tipo de pavimentação na Rua César Maldonado (vista a partir do Largo do Terreiro), em 2008.....	41
Imagem n.º 22 – Pormenor do remate da Rua César Maldonado com a Rua Costa Pereira (que não sofreu intervenção), em 2008.....	41
Imagem n.º 23 – Pormenor do tipo de pavimentação na Rua Queirós Ribeiro, em 2008.....	41
Imagem n.º 24 – Configuração da pavimentação na Travessa do Senhor dos Passos, em 2008.....	41
Imagem n.º 25 – Pormenor do tipo de pavimentação na Praça Alto Minho, em 2008.....	42
Imagem n.º 26 – Aspecto da fonte existente na Praça Alto Minho, em 2008.....	42
Imagem n.º 27 – Aspecto da pavimentação na Praça do Município, em 2008.....	43
Imagem n.º 28 – Pormenor do tipo de pavimentação no acesso ao edifício dos Paços do concelho (Praça do Município), em 2008.....	43
Imagem n.º 29 – Aspecto da pavimentação no Largo 16 de Fevereiro (visto da Rua 25 de Abril), em 2008.....	44
Imagem n.º 30 – Pormenor de diferentes materiais de pavimentação no Largo 16 de Fevereiro, em 2008.....	44
Imagem n.º 31 – Rampa de ligação entre a Rua 25 de Abril e a E.N. 13, em 2008.....	45
Imagem n.º 32 – Rampa e escada de ligação entre a Rua 25 de Abril e a Rua Queirós Ribeiro, em 2008.....	45
Imagem n.º 33 – Passagem para peões rampeada no passeio da praça Alto Minho, em 2008.....	45
Imagem n.º 34 – Passagem para peões sobrelevada na rua Dr.º António José Duro, em 2008.....	45
Imagem n.º 35 – Instalação sanitária do tipo pré-fabricada na Praça Alto Minho, em 2008.....	46
Imagem n.º 36 – Aspecto interior da instalação sanitária (Praça Alto Minho), em 2008.....	46
Imagem n.º 37 – Aspecto de “Ecotainer” situado na Travessa do Cais, em 2008.....	47
Imagem n.º 38 – Aspecto interior do “Ecotainer” situado na Rua Costa Brava, em 2008.....	47
Imagem n.º 39 – Aspecto do Largo 16 de Fevereiro (visto da Rua Queirós Ribeiro), em 2000.....	48
Imagem n.º 40 – Vista do Largo 16 de Fevereiro, em 2008.....	48
Imagem n.º 41 – Vista do Jardim de Chagny, em 2000.....	49

Imagem n.º 42 – Vista do jardim de Chagny, em 2008.....	49
Imagem n.º 43 – Aspecto da rotunda existente na Praça D. Dinis (vista da Rua 1.º de Outubro), em 2000.....	50
Imagem n.º 44 – Aspecto do estacionamento na Praça D. Dinis, em 2008.....	50
Imagem n.º 45 – Aspecto de um espaço verde na Praça D. Dinis, em 2008.....	51
Imagem n.º 46 – Espaço verde na Rua 25 de Abril, em 2008.....	51
Imagem n.º 47 – Aspecto de um jardim existente no Largo 16 de Fevereiro, em 2008.....	51
Imagem n.º 48 – Vista dos pilaretes colocados no Largo do Terreiro, em 2008.....	52
Imagem n.º 49 – Aspecto das floreiras do Largo do Terreiro, em 2008.....	52
Imagem n.º 50 – Vista de uma armadura com braço, fixa a parede no Largo do Terreiro, em 2008.....	52
Imagem n.º 51 – Aspecto de uma armadura com poste de 6 metros colocada na Praça Alto Minho, em 2008.....	52
Imagem n.º 52 – Efeito da iluminação em paredes e pavimentos na Praça do Município (fachada da Câmara Municipal), em 2008.....	52
Imagem n.º 53 – Configuração dos bancos colocados no Largo do Terreiro, em 2000.....	53
Imagem n.º 54 – Aspecto dos bancos existentes no Largo do Terreiro, em 2008.....	53
Imagem n.º 55 – Aspecto de um banco sem costas colocado no Largo do Terreiro, em 2008.....	53
Imagem n.º 56 – Aspecto da sinalização de trânsito à entrada da Rua César Maldonado, em 2008.....	54
Imagem n.º 57 – Placas de informação no Largo do Terreiro, em 2008.....	54
Imagem n.º 58 – Aspecto da estrutura de estacionamento para veículos de duas rodas, no Largo do Terreiro, em 2008.....	54
Imagem n.º 59 – Bebedouro no Largo 16 de Fevereiro, em 2008	54
Imagem n.º 60 – Aspecto da protecção de um tubo de queda de águas pluviais na Rua Queirós Ribeiro, em 2008.....	55
Imagem n.º 61 – Marco de incêndio, no Largo do Terreiro, em 2008.....	55
Imagem n.º 62 – Cabine telefónica na Praça do Município, em 2008.....	55

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Fluxograma da estrutura da dissertação.....	6
Figura n.º 2 – Área do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (2008) / Fases de Intervenção.....	24
Figura n.º 3 – Área do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (2000).....	25
Figura n.º 4 – Cronograma representando as empreitadas e fases de intervenção da requalificação.....	28

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Arruamentos.....	58
Gráfico n.º 2 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Espaços verdes.....	59

Gráfico n.º 3 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Espaços públicos / pavimentação.....	61
Gráfico n.º 4 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Passeios.....	62
Gráfico n.º 5 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Estacionamento.....	63
Gráfico n.º 6 – Sectores de intervenção no Centro Histórico, segundo a opinião dos inquiridos (Fonte: PPSCHVNC - Fichas de caracterização sócio-económica e de habitabilidade).....	64
Gráfico n.º 7 – Partilha do comércio com outros tipos de uso no edifício (Fonte: PPSCHVNC - funções/usos existentes).....	65
Gráfico n.º 8 – Comparação da partilha do comércio com outros tipos de uso no edifício, entre 2005 e 2008.....	65
Gráfico n.º 9 – Variação do valor da despesa com cultura ao longo dos anos (Fonte: INE).....	66

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Áreas e extensão de arruamentos em 2000 e 2008.....	59
Quadro n.º 2 – Áreas de espaços verdes em 2000 e 2008.....	60
Quadro n.º 3 – Áreas de espaços públicos / pavimentação em 2000 e 2008.....	61
Quadro n.º 4 – Áreas de passeios em 2000 e 2008.....	62
Quadro n.º 5 – Áreas e número de lugares de estacionamento em 2000 e 2008.....	63

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A requalificação urbana que tem vindo a ocorrer nas últimas duas décadas, na maioria dos Centros Históricos europeus e em várias cidades e vilas portuguesas, implica a necessidade de aferir do ponto de vista qualitativo e quantitativo a valorização dos espaços públicos bem como a construção ou reabilitação de equipamentos que tem vindo a ser executada.

A aplicação de métodos de apoio à decisão no âmbito destas temáticas, constitui um campo a explorar e que se justifica pela necessidade de fazer a avaliação de políticas nas diferentes dimensões envolvidas. Este facto decorre da complexidade das decisões a tomar tendo em conta a relevância social, económica, política e ambiental das mesmas bem como a especificidade territorial.

A qualidade do espaço público como factor de desenvolvimento de uma região, é um factor de grande importância, assumindo um papel estratégico e muitas vezes vital na dinâmica privada de crescimento, fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural entre outros. Neste domínio, as Autarquias Locais tem desempenhado um papel de grande relevo, como motores do desenvolvimento das suas regiões. Esta evolução é perfeitamente visível e muito relevante pela sua dimensão ao longo dos últimos 20 anos, aonde vilas com pouca expressão, de carácter marcadamente rural, saíram de um estatuto de anonimato, possuindo hoje equipamentos que ombreiam, em qualidade, com muitas cidades. Ressalva-se no caso da sub-região do Alto Minho, por ser um daqueles em que os resultados são mais surpreendentes, o caso de Vila Nova de Cerveira.

1.1 OBJECTIVOS

O objectivo geral da dissertação, é apresentar uma metodologia de avaliação sobre o tema da requalificação urbana de Centros Históricos. Como objectivos específicos, apontam-se os seguintes:

- Avaliação qualitativa relativa aos espaços públicos em estudo, de forma a poder concluir acerca da melhoria das transformações executadas e sua implicação com as pessoas e meio envolvente;
- Avaliação quantitativa em termos de custos associados à revalorização executada, permitindo a criação de uma base de dados, para a tomada de decisões em função dos diferentes custos associados e/ou para comparação com outros casos de estudo;
- Avaliação quantitativa em termos de áreas de implantação, de forma a podermos comparar resultados entre o antes e depois das intervenções, permitindo concluir com rigor acerca das transformações operadas;
- Discussão dos resultados obtidos comparativamente com os anseios da população residente no Centro Histórico, permitindo assim, concluir acerca da participação pública no processo de requalificação.

1.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia de abordagem aos objectivos contidos no tema de dissertação proposto, consistiu em primeiro lugar, numa pesquisa bibliográfica sobre reabilitação de Centros Históricos e sobre metodologias de avaliação, em segundo lugar, na definição espacial do objecto de estudo, no caso, o Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira e por último, na definição do intervalo de tempo compreendido entre 2000 e 2008. Foram excluídos do estudo, por razões de operacionalidade temporal, a beneficiação e/ou construção de equipamentos, cuja execução se situou no mesmo intervalo cronológico.

Para o cabal cumprimento dos objectivos definidos, a estratégia passou ao nível da análise qualitativa, por uma análise visual entre a situação existente antes das obras de requalificação e o depois, tendo como documentos de apoio fundamentais, por um lado a cartografia do local e os projectos das empreitadas, por outro, os registos fotográficos existentes, enriquecidos pela pesquisa de fotografias antigas existentes em postais e bibliografia, uma vez que os registos a que houve acesso directo eram manifestamente insuficientes. A visita aos locais foi, também, um factor determinante nesta análise, uma vez que só a leitura e estudo das plantas de projecto existentes, não davam a real perspectiva do alcance sofrido, sendo fundamental para a análise o factor indivíduo e a maneira como este vive e interage com o espaço transformado, nas

variadíssimas vertentes estudadas.

Quanto à análise quantitativa, a estratégia consistia em aceder a uma base de dados fidedigna, que permitisse com o maior rigor possível, chegar a uma avaliação em termos de custos associados às intervenções efectuadas, bem como áreas de implantação. Toda esta informação, embora disponível na Câmara Municipal, encontrava-se disseminada em diversos departamentos desde as áreas de projecto, planeamento, económicas, às áreas de fiscalização e acompanhamento de obras municipais. Tornou-se, pois, necessário realizar um trabalho prévio, árduo, e selectivo de localização e acesso aos documentos de real interesse à prossecução do trabalho, tendo sido analisados e tratados entre outros os seguintes:

- Processos das empreitadas que deram origem à realização das obras;
- Projectos das obras postas a concurso;
- Plantas existentes do Centro Histórico.

De salientar, que relativamente à empreitada da Avenida 1º de Outubro, não foi possível ter acesso ao processo, uma vez que o mesmo se encontrava em fase de auditoria por entidade inspectora. Na posse de todo o restante material de pesquisa e da análise dos diferentes documentos e visitas ao terreno, procurou-se elaborar um quadro de análise de custos relativos aos trabalhos das diferentes empreitadas. Como critérios na análise do material tratado, procurou-se seleccionar um conjunto de trabalhos que fosse representativo e esclarecedor do objecto de estudo, nomeadamente ao nível dos: arruamentos; passeios; jardins; mobiliário urbano; etc. Dentro destes, procurou-se ser mais abrangente, diferenciando tipos de materiais. Para a construção do quadro, foi estudado detalhadamente o articulado dos trabalhos posto a concurso e respectivos autos de medição, o que comparado com as peças desenhadas do projecto permitiu perceber o que foi realizado, executado e pago em cada Praça, Largo ou Rua. De notar, que se tratou de um trabalho árduo, desenvolvido de forma sistemática e rigorosa, função da quantidade do material de estudo.

Foram também aferidas as zonas intervencionadas em termos de áreas de implantação. O método utilizado, consistiu em proceder a medições nas plantas relativas às obras executadas e num levantamento topográfico da zona do Centro Histórico antes da realização das obras de requalificação. O resultado deu origem a quadros e respectivos gráficos, com as áreas de arruamentos, espaços públicos, passeios, estacionamento e espaços verdes, em cada Praça, Largo, Avenida ou Rua, relativa à área em estudo, nos períodos anterior e posterior às intervenções, permitindo assim retirar

conclusões acerca das tendências sofridas com as transformações operadas.

No que respeita à análise da participação pública e na prossecução dos objectivos definidos, pretendeu-se perceber quais os anseios da população da área em estudo, face à requalificação do Centro Histórico. Como metodologia de abordagem, procurou-se obter dados fidedignos relativamente às expectativas da população antes da realização das obras, o que se conseguiu através de pesquisa a documentação com possível interesse para o trabalho, tendo-se conhecimento de um instrumento de planeamento, elaborado pelo Gabinete Técnico Local (GTL). O documento em questão, era um plano de pormenor de salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (PPSCHVNC). Com base neste documento e tendo como fonte os inquéritos realizados, dirigidos aos residentes e comerciantes do Centro Histórico, que caracterizaram a realidade sócio-económica, habitabilidade e a opinião dos mesmos relativamente às áreas a intervir, extraiu-se a informação (gráficos), que serviu de referência para comparar a situação anterior às obras de requalificação com a realidade actualmente existente, seleccionando-se para o efeito, as cinco áreas com o maior peso na participação pública.

Procurando elementos para retratar a realidade actual, relativamente a três das áreas com maior peso da participação pública: realizou-se um levantamento porta a porta, definindo-se a situação actual da actividade comercial (relativamente ao número de edifícios afectos ao comércio) dando origem a um gráfico; procurou-se obter elementos fiáveis acerca da evolução dos efectivos policiais, junto das autoridades competentes (posto da GNR), por forma a permitir concluir, acerca do número de efectivos entre 2000 e 2008, recorrendo-se também à opinião da população; relativamente à animação do Centro Histórico e considerando que a mesma passa em exclusivo por acção do Município, efectuaram-se pesquisas através da internet no “*site*” do Instituto Nacional de Estatística (INE), donde se recolheram dados relativamente à despesa do Município nos anos compreendidos entre 2002 e 2007, o que permitiu a elaboração de um gráfico (representando a evolução da despesa).

1.3 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso incidirá sobre o Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira, na área e intervalo cronológico já definido. Esta opção justifica-se pela profundidade e abrangência das obras realizadas, sendo a primeira grande transformação operada no Centro Histórico, desde a sua criação, que visou a sua completa remodelação de uma forma estruturada, consertada e sobretudo planeada. Por outro lado, como técnico da autarquia, responsável por uma parte das obras de requalificação aqui estudadas, julga-se oportuno desenvolver uma metodologia de abordagem a esta problemática, que permita analisar em profundidade o real alcance das obras efectuadas, quer do ponto de vista qualitativo e quantitativo quer, da análise da participação pública.

A presente dissertação, constitui um enriquecimento especial do trabalho próprio do autor como técnico, em contexto de trabalho, permitindo assim uma ponte entre os conhecimentos teóricos e práticos, que tantas vezes e cada vez mais, parecem ser tratados como independentes e não indissociáveis, como realmente são.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A dissertação, desenvolve-se em 5 capítulos, os quais se passam a descrever:

- O primeiro capítulo, Introdução, é uma breve descrição que pretende dar uma visão geral do conjunto do trabalho, transmitindo os objectivos e a forma como se estrutura todo o conjunto da dissertação.
- O segundo capítulo, Enquadramento Teórico, faz uma abordagem ao conceito de Centro Histórico e sua evolução ao longo dos tempos, dando-se especial ênfase ao modelo de intervenção e elementos de análise a preconizar numa requalificação, procurando assim apresentar uma visão clara e exhaustiva, de forma a esclarecer o leitor cerca do tema da dissertação e dos seus conteúdos.
- O terceiro capítulo, A Intervenção de Requalificação Urbana em Vila Nova de Cerveira, pretende caracterizar o objecto espacial e temporal de estudo, bem como, descrever o processo de planeamento na intervenção levada a cabo.

- O quarto capítulo, Avaliação da Intervenção, visa analisar a requalificação operada, segundo as componentes qualitativa, quantitativa e participação pública, procurando-se assim, retirar conclusões acerca da qualidade e quantidade das transformações efectuadas e o modo como as mesmas reflectiram os anseios da população.
- No quinto capítulo, Conclusão, faz-se uma abordagem acerca do cumprimento dos objectivos delineados, concluindo-se sobre os resultados obtidos.

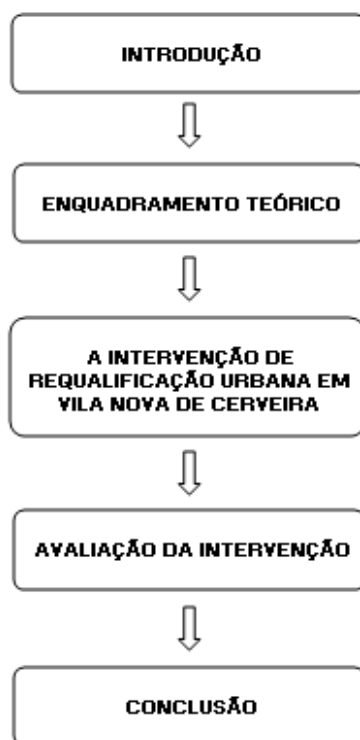


Figura n.º 1 – Fluxograma da estrutura da dissertação.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO

Os Centros Históricos, estabelecem-se como elemento central do espaço urbano das diferentes vilas e cidades. Nesse âmbito, será efectuado no presente capítulo, um enquadramento teórico sobre o objecto de estudo, o Centro Histórico, relativamente à forma como o mesmo tem sido visto e “tratado” ao longo dos tempos, a diversidade de valores e funções a ele adstritas. Identificam-se e analisam-se os elementos morfológicos constituintes do espaço e a forma de os avaliar, que aliás farão parte da metodologia definida para caracterização do estudo de caso.

A análise de diferentes realidades, leva à constatação que os Centros Históricos, função de vária ordem, factores e problemas, nomeadamente enquanto espaço disputado por outras centralidades urbanas, foram com o passar do tempo, perdendo a vitalidade e a importância superior que detinham na vivência e formação das populações e dos aglomerados, enquanto referência cultural, histórica e de identidade urbana. Convém pois, com o presente enquadramento teórico, introduzir uma análise reflexiva sobre esta temática, contribuindo assim, para um processo de requalificação que perspetive os problemas do presente sem contudo, destruir os valores do passado.

2.2 O CENTRO HISTÓRICO - DEFINIÇÃO

A definição de Centro Histórico não é de todo fácil, uma vez que detem um conceito de património que possui contornos extensos, que em muitas situações se assemelham indeterminados. Para além do património erigido de arquitectura civil, encontra-se no Centro Histórico, arquitectura militar e religiosa, bem como estruturas afectas ao abastecimento de água e esgotos. Todavia, existe um património não menos importante, que apesar de perceptível, não é identificável e/ou visualizável, “a memória”, que é na maior parte das situações o elemento mais valioso do local, decorrente da própria história e sua evolução ao longo do tempo, das pessoas, costumes

e hábitos das populações, hoje já caídos no esquecimento. (Câmara Municipal de Cascais, 2009)

O conceito de Centro Histórico poderá pois ser entendido, como um conjunto de reminiscências materiais e imateriais, as quais detêm um importante papel na identidade e definição cultural dos seus habitantes, que ao longo dos tempos e nos dias de hoje, contribuem para manter vivo, os legados do passado. Assim, é o Centro Histórico, que confere importância às cidades e vilas, preservando as memórias e identidade dos seus cidadãos.

Neste contexto e para Peixoto (2003), “O Centro Histórico não obstante a existência de novos espaços urbanos, diz respeito a um lugar circunscrito e delimitado onde se localizam as fontes deste *ethos* e as manifestações festivas, estéticas e emblemáticas da sua afirmação. (...) A delimitação desse lugar é devida à existência de fronteiras materiais ou simbólicas, mais legível nuns casos do que noutros.”

2.3 CENTROS HISTÓRICOS E SUA EVOLUÇÃO NO TEMPO

A preservação e requalificação dos Centros Históricos, a par das antigas cidades, é hoje um dado adquirido e inerente a qualquer filosofia de intervenção, todavia, o passado mostra-nos que este não foi de todo o princípio de intervenção inerente ao longo dos tempos até aos nossos dias. Segundo Lamas (1993), “um longo caminho foi percorrido desde os tempos em que se admitia destruir o casco antigo, os seus quarteirões e conjuntos arquitectónicos para alargar ruas, sanear e arejar os bairros, e desafogar e isolar os monumentos.”

Uma grande transformação na vida e sociedade, operou-se por meados do século XIX, devido ao fugaz desenvolvimento do sector industrial, acarretando uma melhoria nas condições de vida das populações e seus anseios, o que potenciou um rápido crescimento demográfico. Tal transformação, implicou mudanças radicais na forma como se vivia e se estruturavam as cidades e os seus centros (vitais numa dinâmica social e funcional) em função das pessoas e suas necessidades, até então de carácter mais básico, advindo assim na sociedade novas exigências de saúde e bem estar. As novas questões colocadas pela evolução da circulação ao nível dos novos transportes (comboio) e consequente mobilidade, a par da cada vez mais premente necessidade de aceleração dos ritmos de vida e produção industrial, obrigaram às transformações

paradigmáticas em relação ao que eram as ideias e necessidades do passado. Neste contexto, Caetano (1999) afirma “O centro histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física rompe este quadro, ao deslocar os sectores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da actividade económica e dos edifícios.”

Toda esta dinâmica de evolução e transformação verificada na segunda metade do Século XIX, acarretou, função do crescimento populacional, grandes expansões e deslocizações de pessoas e actividades comerciais, que a par de novas necessidades de locomoção e modos de vida, destruíram grande parte dos Centros Históricos ao longo de toda a Europa, cuja organização espacial e condições de vida, já não servia os novos ideais.

Segundo Lamas (1993), o casco antigo não tinha assim qualquer valor, função das condições de vida com a inerente degradação dos antigos bairros densamente povoados, propícios à propagação de doenças e epidemias, traduzindo a promiscuidade e miséria social em que se vivia. Urgia pois, romper com o passado, procurando-se soluções inovadoras que dessem resposta a novas necessidades tais como, o saneamento, circulação, embelezamento, funcionamento e adaptação das antigas cidades a novos modos de estar e de viver em sociedade. As novas avenidas e “*boulevards*” projectadas por toda a Europa, vão “esventrar” as antigas cidades, considerando-se tais infra-estruturas saudáveis, face às novas exigências sociais, pese embora o facto de tais intervenções obrigarem à fuga da população operária para a periferia e acarretarem a destruição de espaços e construções, medievais e clássicas. As avenidas projectadas por Haussmann que em Paris destruíram o tecido medieval, a construção da Galeria Vittorio Emanuele e um conjunto de novas vias (de 1860 e 1915) que refazem o centro medieval em Milão, são exemplos de grandes transformações e renovações de cariz destrutivo, seguindo as premissas das novas necessidades e modos de vida das populações, desenvolvendo-se na segunda metade do século XIX e prolongando-se pelo início do século XX na Europa, até à Segunda Grande Guerra Mundial.

Só mais tarde se deixam para trás as grandes transformações de destruição e renovação, idealizando-se e processando-se políticas ao nível de intervenções pontuais.

Para Lamas (1993), “Só na primeira metade do século XX se encetam as políticas de pequenas cirurgias, ou de curetage, inicialmente realizadas também com grande à vontade nas modificações do tecido urbano, procurando certo mimetismo com a morfologia urbana existente, o que resulta em parte da influência da estética de revalorização do espaço medieval definido por Sitte.”

Após a Segunda Grande Guerra e à enorme destruição verificada em muitas cidades e Centros Históricos por toda a Europa, o ângulo de visão sobre a forma e maneira de actuar perante o espaço público muda radicalmente, assistindo-se a uma intensa discussão acerca dos modos de actuação futuros, em relação aos Centros Históricos.

A filosofia de intervenção para a reconstrução dos Centros Históricos, assentou fundamentalmente em duas correntes, uma, no sentido de uma reconstrução partindo do zero, servindo-se da destruição para uma concessão completamente inovadora e actual, aproveitando a oportunidade para criar a partir do nada. Uma outra, admitiu a reconstrução com os valores do passado, não deixando cair no esquecimento a identidade adquirida ao longo dos tempos, dando valor aos espaços urbanos e aos antigos edifícios. (Lamas, 1993)

É já nas últimas décadas do século XX, que a questão dos Centros Históricos entra definitivamente nas preocupações urbanísticas. Para Lôbo (1998), “a atitude relativa à cidade existente altera-se para uma postura de protecção crítica, em que os tecidos urbanos antigos são considerados não só como factores importantes de identidade local, mas também como catalisadores da invenção de novos espaços urbanos.”

Na entrada do século XXI mantêm-se a actualidade desta problemática, havendo lugar a um profundo debate, estudo, metodologias e correntes de trabalho no meio académico. Para Peixoto (2003), “A política de requalificação aposta no desenvolvimento de lugares de urbanidade que propiciem a reflexividade, a emergência de novos valores e sociabilidades, a criação de um espaço cénico de fruição estética e sensível e a afirmação de uma identidade caracterizada pelo espírito de lugar.”

A principal mudança para os nossos dias, alude ao facto da alteração de renovação/destruição pela reabilitação/requalificação, dando lugar a um entendimento do espaço público como portador de um herança física e material, tornando-se o Centro Histórico, fonte de manifestação de hábitos, tradições e valores consolidados ao longo

dos tempos e plasmados hoje na actualidade. Aliás, tal como afirma Fortuna (1997), “a marca de tradição do património se converte em capital de inovação.”

A valorização e importância do Centro Histórico nos nossos dias, vai-se assim entrosando a par com o alargamento da noção de património a este subjacente. O conceito de Centro Histórico remete-nos hoje, para categorias histórico-culturais. O seu entendimento evoluiu assim, desde restritas visões de monumentalidade, aonde numa primeira fase, se valorizava pouco mais que as singularidades arquitectónicas dos espaços, passando-se a considerar uma multiplicidade de factores: históricos; culturais; morfológicos; económicos; sociais; simbólicos; éticos; etc., que hoje e no senso comum, integram e identificam de forma indelével os locais. (Revilla, 2003)

2.4 CENTRO HISTÓRICO - VALORES, FUNÇÕES E REALIDADES

A análise e interpretação do Centro Histórico requer uma contextualização de diferentes factores, tais como: temporal, espacial, funcional e cultural. Relativamente aos vários factores, em primeiro lugar, o temporal, há que ter em conta os vários ciclos evolutivos de um Centro Histórico ou cidade; em segundo lugar, espacial, o mesmo é fundamental quanto à capacidade de evidenciar a singularidade de cada núcleo, bem como, compreender a sua diversidade interna; em terceiro lugar, o funcional, permitindo compreender as interdependências e evidenciar a multiplicidade de funções presentes num Centro Histórico; por último e em quarto lugar, o cultural, em relação à sua mistificação simbólica. (Vinuesa, 2005)

O Centro Histórico traduz assim um cunho próprio e distintivo, tal como, uma impressão digital que não pode ser reproduzida, tratando-se de uma identidade própria, construída em função de diferentes factores e singularidades ao longo dos tempos.

Para Brandis e Del Rio (1998), “o centro histórico serve para identificar e diferenciar as cidades, ao constituir o espaço do passado e, em grande medida, uma referência colectiva. Trata-se de um produto histórico-cultural que contribui à diferenciação, ao ter sinais de identidade própria. Porém, é também uma realidade funcional diversa, onde o excesso do sector terciário, a perda de vida social ou a pressão do turismo, podem romper equilíbrios precários.” (cit. por Vinuesa, 2005)

De facto, a multiplicidade de funções e actividades, presentes actualmente nos Centros Históricos, podem romper precários equilíbrios, função da cada vez maior

exigência dos serviços e populações. Todavia e segundo Salinas (1999), “é da diversidade de usos e actividades que confluem nos Centros Históricos, bem como na sua envolvente, que se estabelece uma complexa realidade funcional e social que enriquece a vida urbana destes espaços e lhes confere singularidade.” (cit. por Vinuesa, 2005)

A variedade e multiplicidade de funções e actividades presentes no Centro Histórico, é pois, um dos factores que o identifica e define como realidade viva. Deste modo, os Centros Históricos devem ser vistos e “trabalhados” como elementos fulcrais numa perspectiva de repositório de valores e heranças passadas, que moldam de forma perene e indelével o seu presente, constituindo-se como referência identitária para os seus habitantes. A este propósito e segundo Cunha (2001), “O homem, na unidade da sua constituição psíquico-somática, não dispensa, por muito que se queira fazer crer o contrário, o apoio de certas organizações do meio físico que lhe lembrem a verdade sobre si mesmo.”

As estratégias e políticas de requalificação actual, deverão situar-se em torno da procura de soluções equilibradas, que respeitem e traduzam a essência dos valores presentes no Centro Histórico, procurando-se assim a conformação dos princípios passados, com as exigências (funcionais, culturais, sociais, etc.) do nosso tempo. Aliás, Pereira (1998) afirma, “O mundo contemporâneo vive uma permanente tensão entre modernidade e tradição. De facto, aquilo a que poderemos chamar o projecto «moderno» nasce praticamente ao mesmo tempo que a «ideologia do património».”

Segundo este princípio, a revitalização de funções e a melhoria da qualidade de vida das populações, deverão constituir prioridades ao nível do planeamento e intervenção por quanto, a continuidade do Centro Histórico se torna um desafio para a sua sobrevivência como realidade social, cultural, arquitectónica e urbanística. Porém, constata-se a dificuldade em colocar no terreno políticas integradas de recuperação e requalificação, que para além das dimensões e questões arquitectónicas e do desenho, afrontem em profundidade aspectos funcionais e sociais do tempo moderno. (Vinuesa, 2005)

2.5 CENTRO HISTÓRICO – MODELO DE INTERVENÇÃO

Na actualidade, é imperiosa a necessidade de conservar e desenvolver estratégias que corroborem a multiplicidade de funções, que aliás, é a base da essência presente a um Centro Histórico. Para Silva (2005), “(...) nos Centros Históricos tem que ser mantida ou desenvolvida a diversificação funcional que está desde sempre na sua essência, que faz parte da memória que tem destas áreas, obviamente que esse modelo passará por uma gestão integrada de intervenção, um esquema que contemple os aspectos arquitectónicos e de investigação histórica e patrimonial, mas que tenha em atenção as questões sociais, culturais, económicas – comerciais e fundamentalmente contemple desde logo os aspectos financeiros de suporte das acções a empreender, (...)”.

Os Centros Históricos, para Salgueiro (1992) “testemunhos vivos de épocas passadas”, não poderão ser compreendidos unicamente como um agregado de imóveis de valor patrimonial, cuja importância importa ressaltar. Aliás, o valor desses imóveis, é atribuído por alguém e por alguma razão, ganhando peso e significado histórico e simbólico que convém preservar, enaltecendo e intensificando a memória colectiva das populações. (Simões e Albuquerque, 2005)

A filosofia de requalificação actual, deverá então, orientar-se no sentido de melhorar e potenciar as condições de utilização e fruição do espaço público do Centro Histórico e suas infra-estruturas, fundamentais à dinâmica do processo de requalificação.

Neste contexto, para Sacadura (2005), “A urgência de definição de metodologias de intervenção no espaço público impõe-se, não só tendo em atenção o preenchimento dos espaços vazios, como dos espaços já ocupados sujeitos a processos de transformação, procurando encontrar lógicas que justifiquem intervenções correctas, conferindo um valor acrescentado à simples justaposição de funções urbanas.”

A qualidade do Centro Histórico, implica que o mesmo seja pensado em consonância com os diferentes espaços existentes, perseguindo uma lógica de interrelação e integração. Neste âmbito, a metodologia de intervenção impõe um planeamento e raciocínio numa dimensão global, aplicado a uma escala local, uma vez que só assim se poderão reunir as condições para uma requalificação apoiada no desenvolvimento de uma forma estruturada, permitindo uma dinâmica de construção e desenvolvimento do espaço público, em toda a sua plenitude.

Para Fortuna (2006), “Não há conhecimento ou experiência local que perdue e possa ser validado sem confronto com experiências terceiras, o que é o mesmo que dizer que não há conhecimento ou experiência internacional que possa ser cegamente transplantada de um lugar para outro, sem avaliação criteriosa da sua adequação e da sua sustentabilidade. A cooperação com outros é tão determinante para a busca de novas soluções possíveis como é a mobilização da massa crítica e da criatividade locais.”

A intervenção no espaço público, face à variedade e proporção das transformações a que está sujeito, deve orientar-se por uma linguagem arquitectónica, por forma a ser o garante da qualidade, consubstanciando o reconhecimento do espaço com características e identidade próprias, conciliando e integrando a multiplicidade presente no Centro Histórico com a sua natureza estrutural.

A intervenção ao nível da requalificação do espaço público, impõe a existência de um plano orientador, aonde desde logo se definam de forma selectiva as “metas” a atingir, tendo em linha de conta a definição de uma política de longevidade, que harmonize quer as necessidades presentes, quer as futuras.

Os dias de hoje, apresentam incógnitas significativas face ao desenvolvimento económico, energético, climático e social. De facto, as transformações a que hoje assistimos, não sendo únicas na história, são por certo mais complexas e incertas. A pressão urbanística, automóvel, ambiental, obriga-nos a definir cenários de actuação, implicando claramente a concepção de um modelo de actuação e funcionamento das vilas ou cidades, em moldes que poderão ter que romper com concepções passadas. A este propósito e acerca do tráfego automóvel, Portas (1983) refere, “as ruas não chegam para os carros, os carros prejudicam os peões, o estacionamento não chega.”

É ao nível do plano e do desenho, enquanto forma urbana e meio aglutinador do espaço, que deverão ser assimiladas e resolvidas todas as questões de ordem socioeconómica, cultural, ambiental, etc. De facto, para Alves (2003), “São os elementos básicos da linguagem arquitectónica que ao intervirmos num espaço urbano, lhe poderão conferir simultaneamente, o seu próprio reconhecimento de lugar com características próprias e sua identificação com a cidade (...). Ou seja, o desenho dos elementos urbanos não define apenas os diferentes tipos de funções e requisitos que tem de satisfazer, como define ainda uma paisagem cultural.”

O desenho arquitectónico, deve pois, ir ao encontro das necessidades das populações e cidades, tendo em linha de conta as particularidades e vicissitudes únicas

de cada local, introduzindo argumentos e respostas para ultrapassar as inúmeras transformações que o correr dos tempos originam.

Para Sacadura (2005), “É também necessária uma atenção especial aos elementos urbanos que o integram. De forma criativa, deverão ser projectados espaços públicos de qualidade, aptos a dar um aspecto harmonioso à diversidade funcional que o espaço urbano contempla.” Ainda segundo o mesmo autor, verifica-se na prática, que uma abordagem mais localizada no sentido de ser mais identitária, é consequentemente mais abrangente do que a realizada com recurso a linguagem arquitectónica no domínio do desenho.

A reabilitação dos Centros Históricos, pode ser dividida e analisada nos nossos dias segundo duas vertentes, uma de carácter pontual, tendo o objecto arquitectónico como figura principal e outra, mais abrangente, de inclusão social, revitalização económica e preservação do património cultural, fundamentais e imprescindíveis na estruturação do espaço. O Centro Histórico, deve então ser entendido como parte da paisagem e não como uma paisagem à parte a ser reabilitada. (Braga, 2008)

Neste domínio, é fundamental um conhecimento profundo da realidade existente e das memórias passadas, que muitas vezes os técnicos responsáveis pelo desenho do espaço urbano não têm. Tais questões, só podem ser devidamente tratadas com um estudo exaustivo da situação concreta, apoiado nos contributos prestados pela comunidade local, cuja equipe responsável pela execução da requalificação tem obrigação de fazer contribuir. Permitindo assim que os anseios da comunidade local e sociedade em geral sejam plasmados na operação de requalificação, contribuindo-se deste modo para o sucesso do projecto.

Torna-se claro, que o envolvimento das populações locais é um factor transversal e incontornável numa operação de requalificação, sendo o seu contributo directamente proporcional ao sucesso e qualidade da intervenção. Sendo fundamental, que o contributo seja prestado desde o início e se prolongue ao longo de todo o processo interventivo, consolidando-se posições e pontos de vista, ao longo do tempo e por todo o processo, aumentando assim as probabilidades de uma correcta intervenção.

Importa ressaltar a enorme complexidade e particularidade de que este assunto se reveste, basta para tal constatar a diversidade de que uma comunidade se compõe, quer ela seja residente, utilizadora ou visitante. Tais diferenças e particularidades expressam-se a variadíssimos níveis desde culturais, económicos, entre outros, fazendo naturalmente, com que distintas classes sociais evidenciem diferentes padrões de

comportamento, expressando necessidades e ou exigências, que poderão na sua essência ser por vezes completamente antagónicas. Tais diferenças não poderão ser dissimuladas, bem antes deverão ser assumidas, como forma identitária de uma sociedade heterogénea, que está na génese da criação e desenvolvimento das vilas e cidades, garantindo-se assim uma correcta e fiel transição dos valores e costumes de outras épocas, para o nosso tempo.

Em termos práticos, o envolvimento dos cidadãos processa-se por fases, devendo ser promovidos encontros com os representantes da comunidade, quer do sector público quer do sector privado, passando pela colocação e formulação de vários cenários baseados na recolha de informação, pela análise da participação pública e discussão dos resultados obtidos, pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma estratégia, terminando na formulação de um plano, no âmbito da estratégia planeada. (Sacadura, 2005)

Todavia, são variadíssimos os factores, que contribuem para a qualidade e sucesso de uma requalificação e a esse nível, o cada vez maior ritmo de vida, exigência das populações e as novas tecnologias, não são de todo alheios. Considerações e aspectos de ordem funcional como os de acessibilidade, mobiliário urbano, equipamentos, entre outros, implicam uma pluralidade na formação das equipas técnicas envolvidas nos projectos de requalificação, implicando que o desenho, seja mais uma das muitas áreas a ter em conta na criação e enaltecimento do espaço público.

Como elemento vital e essencial, presente em muitas das decisões ao nível das intervenções públicas, surge a questão económica e financeira. Neste domínio, a disponibilidade de fundos surge, muitas vezes, como factor único e catalisador de uma dinâmica de intervenção efectiva no encetar de um plano de requalificação. Se por um lado, a falta de dinheiro pode inviabilizar a realização de um plano de requalificação e correspondentes obras de execução, por outro, a facilidade na obtenção de fundos, poderá originar paradoxalmente um grande problema.

Em inúmeras ocasiões as soluções são encomendadas e pagas (Sacadura, 2005) com apertados prazos de execução, muitas vezes associados a rigorosos programas comunitários, implicando indiferença e facilitismo na forma como o plano de requalificação é conduzido quer ao nível da consulta e auscultação das comunidades, quer ao nível das soluções preconizadas pelos técnicos, olvidando-se o empenhamento que impera quando os recursos envolvidos são consideravelmente mais parcos. Assim e face ao modelo de intervenção aqui preconizado, é fundamental o bom senso na

prossecução do objectivo primordial, que é a preservação do passado e suas memórias, com a reestruturação e modernização do espaço público, face às actuais necessidades do mundo moderno.

2.6 CENTRO HISTÓRICO – O QUE ANALISAR / OS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS

A qualidade e funcionalidade do espaço público, depende sobremaneira, do cunho imprimido pelo desenho arquitectónico do edificado envolvente, fortemente e quase que em exclusivo, relacionado com as formas e características das suas fachadas, bem como, o modo como os edifícios se relacionam funcionalmente com a formação e usos adstritos ao Centro Histórico. Todavia, existem outros aspectos de ordem morfológica que se consideram basilares na avaliação da qualidade do Centro Histórico.

Os elementos morfológicos identificadores do espaço público entre os quais se expõem, o arruamento, o pavimento, a acessibilidade, os espaços verdes e mobiliário urbano, são fundamentais na forma como se estruturam e se organizam, pois é desta simbiose que provem a comunicação estética e funcional do espaço urbano.

Assim sendo, descrevem-se brevemente os elementos morfológicos enunciados:

- Arruamento – O arruamento e seu traçado é uma das características mais marcantes na forma do espaço urbano. Baseia-se numa estrutura topográfica preexistente, definindo a forma e disposição das construções e quarteirões, originando a regulação e definição dos vários espaços e a forma como estes se interligam e comunicam fisicamente entre si. (Lamas, 1993)

Ainda e segundo o mesmo autor, “O traçado estabelece a relação mais directa de assentamento entre a cidade e o território. (...) É o traçado que define o plano - intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões. (...) o traçado, a rua, existem como elementos morfológicos nos vários níveis ou escalas da forma urbana. Desde a rua de peões à travessa, à avenida, ou à via rápida, encontra-se uma correspondência entre a hierarquia dos traçados e a hierarquia das escalas da forma urbana.”

No que diz respeito ao traçado, o mesmo poderá contribuir em muito como elemento definidor de estratégias para a acalmia de tráfego, nomeadamente através de um desenho que propicie a redução da velocidade e condicionamento

de fluxos e sentidos de circulação. Tais medidas contribuirão de certo, para uma maior qualidade do espaço público, especialmente numa zona tão sensível, à presença e circulação automóvel, como é o caso de um Centro Histórico.

- Pavimento – Este elemento reveste-se de grande importância quer ao nível da afirmação estética quer ao nível da comodidade. A pavimentação, como elemento morfológico de referência, identitário dos espaços públicos, requer um estudo e análise aprofundado, de modo a fixar e despertar o interesse dos seus utilizadores, regulando simultaneamente a circulação no espaço. Não obstante a sua importância o mesmo pode ser alvo de contínuas mudanças, basta a este nível relembrar, as evoluções dos diferentes materiais e pavimentos ao longo dos tempos. (Lamas, 1993)

O pavimento tem de gerir dois tipos de interesses completamente distintos e antagónicos, o peão e o automóvel. Assim, torna-se necessária uma análise e estudo cuidado de forma a estruturar e regular o tráfego automóvel, bem como proporcionar às pessoas, condições de comodidade e aspecto compatíveis com as necessidades e exigências actuais. Neste contexto, é fundamental uma escolha criteriosa dos materiais, bem como, da correcta pavimentação de plataformas e passeios, designadamente no que respeita à sua natureza geométrica e textura.

Os revestimentos e suas cores podem também assumir funções de afirmação identitária das cidades, tal como afirma Aguiar (2005), “os revestimentos originais ou acrescentados pelo tempo são fundamentais para a fruição da apresentação visual dos monumentos e antigas cidades, no sentido em que essa apresentação é determinante para a leitura, reconstrução e interpretação crítica da linguagem arquitectónica (fornecendo aliás possibilidades concretas de leitura dos textos originais ou acrescentados pelo tempo). Dito de outra forma: a visão dos materiais de acabamento ou constitutivos da arquitectura é decisiva não só no primeiro contacto como também para a compreensão da arquitectura, permitindo entendê-la na sua realidade material e estrutural mas também como uma construção estética.”

- Acessibilidade – Os aspectos relativos à mobilidade e acessibilidade assumem nos nossos dias uma importância estratégica vital, ao nível da correcta integração e tratamento igual de todas as pessoas, inclusive daquelas com

necessidades especiais. Uma das prioridades das políticas urbanas, deverá ser pois, promover condições de mobilidade e melhoria da acessibilidade. (Portas, 2003) A este propósito, a forma, a textura dos pavimentos, a largura dos passeios, as rampas (sua inclinação e traçado), as escadas, são aspectos determinantes na criação de condições de circulação e fruição do espaço urbano, por todos sem qualquer excepção.

As condicionantes de vária ordem, presentes num Centro Histórico, fazem com que este não seja um assunto de fácil resolução, obrigando a um raciocínio e análise conjunta com os diferentes intervenientes no processo de requalificação. Importa também a este nível realçar, que para além da criação de condições no exterior do espaço público, é igualmente fundamental a relação que o mesmo espaço assume com a envolvente edificada e a forma como se processa o acesso aos edifícios, uma vez que um degrau de acesso a um estabelecimento pode tornar infrutífera toda uma lógica de mobilidade e acessibilidade presente à requalificação do espaço público.

- Espaços verdes – O conceito de espaço verde e respectivas funções sofreram profundas alterações ao longo do tempo, sendo actualmente aceite de forma unânime os seus múltiplos papéis de vital importância para o bem-estar das populações urbanas. Estes espaços, tornam-se por si só elementos de destaque e referência, na formação e identificação de vilas e cidades, desempenhando um papel activo no controlo do clima, níveis de ruído, purificação do ar, fixação da fauna, controle da intensidade do vento, etc. Para Lamas (1993), “Caracterizam a imagem da cidade; tem individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços. Certamente que a estrutura verde não tem a mesma “dureza” ou permanência que as partes edificadas da cidade. Mas situa-se ao mesmo nível da hierarquia morfológica e visual. Uma rua sem as suas árvores mudaria completamente de forma e imagem; um jardim ou um parque sem a sua vegetação transformar-se-ia apenas num terreiro...”

Do ponto de vista estético, os espaços verdes são um factor de embelezamento que não pode, nem deve ser negligenciado. A observação e contemplação da vegetação pela população urbana, possibilita a percepção da sequência do ritmo

das estações e de outros ciclos biológicos, bem como, o do conhecimento da fauna e flora.

Sobre os espaços verdes, importa frisar, à semelhança do que já foi dito, que a importância e alcance das suas funções estão logicamente a par com os demais elementos morfológicos aqui descritos.

- Mobiliário urbano – Pode-se definir o mobiliário urbano, como um conjunto de peças ou elementos móveis, instalados ou apoiados no espaço público, que permitem um uso, prestam um serviço ou apoiam uma actividade, nomeadamente, bebedouros, bancos, floreiras, papelerias, sinalização, candeeiros, etc.

O mobiliário urbano, adquire um elevado grau de importância nos projectos de intervenção urbanística, na medida em que representam um factor de valorização do espaço público, através da prestação de serviços, suprimento de necessidades e no desempenho de funções específicas. Importa a este nível esclarecer, que o mobiliário urbano está directamente ligado ao conforto e segurança dos cidadãos, procurando qualificar o espaço público, introduzindo uma lógica de ordem aliada a uma forte componente estética.

Segundo Lamas (1993), “O mobiliário urbano situa-se na dimensão sectorial, na escala da rua, não podendo ser considerado de ordem secundária, dadas as suas implicações na forma e equipamento da cidade. É também de grande importância para o desenho da cidade e a sua organização, para a qualidade do espaço e comodidade. Durante anos, terá sido descurado em muitos arranjos e intervenções. Hoje voltou de novo à cena profissional, apoiando a requalificação da cidade (...)”

2.7 COMO AVALIAR O ESPAÇO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO

Neste subcapítulo, importa esclarecer a forma como se poderá efectuar a avaliação do espaço público, no presente caso do Centro Histórico. Deste modo, da descrição dos vários elementos morfológicos pode-se concluir, que é da forma como os mesmos se organizam e estruturam, que se desenvolve e define o espaço urbano, nas suas componentes quantitativa e qualitativa. São pois, os aspectos de ordem quantitativa

e qualitativa que melhor poderão servir como parâmetros de avaliação e análise do espaço público, uma vez que ambos são perfeitamente quantificáveis ou passíveis de aferição, bastando para tal clarificar alguns conceitos e noções:

- Aspectos quantitativos – São todos os aspectos da vida e realidade urbana que podem ser quantificáveis e que se referem a uma natureza quantitativa, designadamente: superfícies, densidades, volumes, coeficientes, dimensões, fluxos, etc. Todos estes conjuntos de dados físicos, separados ou em conjunto, poderão servir como parâmetros para avaliar o espaço público do Centro Histórico.
- Aspectos qualitativos – Referem-se ao tratamento dos espaços, ao conforto e comodidade do utilizador. No espaço urbano, as características podem ser nomeadamente: a manutenção, acessibilidade, estado e qualidade dos pavimentos, a adaptação ao clima, etc. Nos edifícios, poderão ser aspectos, tais como: o isolamento térmico e acústico, a correcta disposição solar, etc. Os aspectos qualitativos podem também ser quantificáveis através de parâmetros mensuráveis, como os decibéis que medem a intensidade sonora, etc. (Lamas, 1993)

Existe porém, um outro aspecto passível de introdução como parâmetro na avaliação referida. Trata-se da análise da participação pública e neste domínio Portas (2003) refere que, “(...) para optimização de competências e recursos implicam repensar as formas e o papel da participação pública, ou seja, do envolvimento dos cidadãos, individualmente ou em grupos de interesses.” Para este efeito, dever-se-á possuir informação fidedigna acerca das propostas e anseios da população, quer através de entrevistas quer de inquéritos, bem dirigidos quanto ao âmbito das questões em estudo. Toda esta informação tratada e processada, servirá como referência fiel para análise da participação pública, discussão de resultados e consequente avaliação do espaço público em apreço.

2.8 SÍNTESE

Em resumo, acerca do que foi aludido no presente capítulo, convém salientar a enorme diferença de posicionamento das comunidades sociais, políticas e académicas, face à metodologia de abordagem e intervenção em relação às zonas históricas, função por certo de diferentes condicionalismos histórico-culturais ao longo dos tempos.

A forma de percepção e assimilação daquilo que é histórico mudou radicalmente para os nossos dias, passando hoje a preservação e manutenção daquilo que é ancestral a fazer todo o sentido, como forma de potenciar e demarcar a nossa identidade colectiva.

Na actualidade, os modos de vida, as exigências das populações, as novas tecnologias, a diversidade de funções existentes, etc. fazem com que a requalificação de espaços como um Centro Histórico, se revista de uma enorme complexidade, cujo estudo e operacionalização se torna foco de inúmeras problemáticas e decisões por vezes controversas.

Atendendo a todas as variáveis presentes num processo de transformação, torna-se pois imprescindível, uma estratégia que permita alcançar bons resultados em sintonia com aquilo que são as actuais políticas de requalificação. Assim, os aspectos elencados nos pontos precedentes 2.6 e 2.7, permitem a observância de critérios que se consideram elementares na prossecução de factores de análise e avaliação dos espaços públicos, mais concretamente, no caso de estudo do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira.

Como conclusão, apraz referir que o presente trabalho tem o intuito de poder contribuir para a modernização, evolução dos espaços e memória dos lugares, sem contudo os descaracterizar, impulsionando-os antes para uma dinâmica de renovação em sintonia com os testemunhos histórico-culturais passados.

CAPÍTULO 3

A INTERVENÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM VILA NOVA DE CERVEIRA

3.1 INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, iniciou em 2001 uma remodelação e requalificação do Centro Histórico, que ainda hoje (2009) se mantém em curso. O principal objectivo desta intervenção, foi racionalizar as circulações automóveis e pedonais, de forma a melhorar a convivência de usufruto de ambas, com claros benefícios à animação turística e comercial da zona mais nobre da Vila. Também a este nível, a localização e o número de lugares de estacionamento teve um especial destaque.

A redefinição de espaços de circulação e permanência, as suas requalificações ao nível da pavimentação, iluminação, arborização, mobiliário urbano, as várias infra-estruturas de distribuição de água, drenagem de águas residuais, pluviais, rede de incêndios, rede de electricidade e telefones, constituíram igual princípio de intervenção aplicado aos diferentes espaços.

Um outro objectivo, claro e fundamental, passou pela intervenção na eliminação e/ou minimização de algumas barreiras arquitectónicas existentes nos espaços públicos objecto de requalificação, cuja incongruência e alcance urgia sanar, melhorando-se significativamente as condições de acessibilidade e mobilidade das pessoas com necessidades especiais. Verificou-se também, a premência de conferir aos espaços verdes funções adequadas às necessidades e exigências da população urbana e ao elevado número de visitantes, sendo que, o que anteriormente existia apresentava, entre outros, alguns problemas, destacando-se: os revestimentos inapropriados do solo; usos inadequados dos espaços; espécies inadaptadas ao meio (solo, clima, etc.); etc. situações que se procuraram corrigir na intervenção levada a cabo.

Ao nível da recolha de resíduos foi dada uma particular atenção, procurando-se com soluções mais modernas e inovadoras, amenizar e reduzir o impacte visual das tradicionais soluções de contentores, esteticamente incompatíveis com a qualidade e abrangência da requalificação realizada. O mobiliário urbano assumiu também um lugar

de destaque na imagem moderna e inovadora que os diferentes tipos de equipamentos escolhidos procuraram imprimir, tendo sempre como propósito a funcionalidade associada a uma forte componente estética.

O alcance e dimensão da intervenção, obrigou a um natural faseamento dos trabalhos e respectivas áreas, tendo neste domínio a autarquia, definido prioridades e duração das intervenções.

3.2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA

A avaliação da requalificação urbana a estudar, incidiu sobre o Centro Histórico, cuja área se encontra delimitada na figura n.º 2, bem como as zonas alvo de intervenção divididas em 3 fases, conforme a metodologia de abordagem adoptada pela autarquia para a realização das obras, distinguindo-se assim claramente na figura as fases e zonas de intervenção.

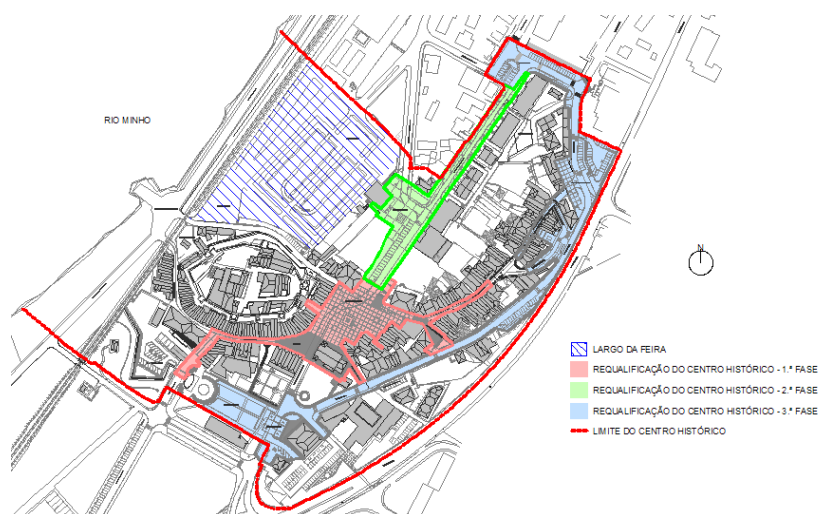


Figura n.º 2 – Área do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (2008) / Fases de Intervenção.

Pode-se constatar, que as três fases cobrem a quase totalidade da requalificação do Centro Histórico, à excepção do Largo da Feira (demarcado na figura n.º2).

A área em estudo sofreu uma profunda alteração, conforme se constata pela análise da figura n.º 3, que retrata os usos do solo e desenho urbano do Centro Histórico no ano de 2000, antes da realização das obras de requalificação. As figuras n.ºs 2 e 3 permitem pois, de uma forma geral, perceber a abrangência e alcance das transformações que se procurará descrever com especial atenção.

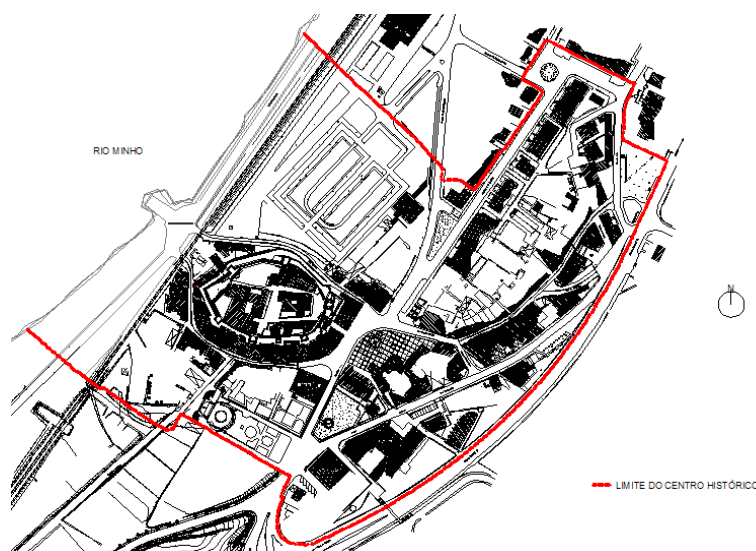


Figura n.º 3 – Área do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (2000).

De salientar que se continuam a desenvolver projectos no sentido de requalificar a totalidade do Centro Histórico, estando presentemente (2009) elaborado o projecto para a requalificação do Largo da Feira, completando-se assim, a requalificação total ao nível do espaço público, com a realização desta obra.

3.3 O PROCESSO DE PLANEAMENTO

Da análise de todos os elementos de estudo, particularmente da forma metódica e articulada como as obras de requalificação do Centro Histórico se desenvolveram, parecia haver uma lógica de intervenção integrada para Vila Nova de Cerveira sem no entanto, até ao momento, ser conhecido qualquer plano de conjunto quer a um nível mais abrangente, tipo Plano de Urbanização (PU), quer a um nível de maior detalhe, tipo Plano de Pormenor (PP). Contudo, foi desenvolvido um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (PPSCHVNC), sendo que, à data da sua conclusão (2005), uma grande parte da requalificação do Centro Histórico já se encontrava executada, naquilo que foram as intervenções relativas às 1^a e 2^a fases.

O PPSCHVNC apesar de ser um plano de pormenor, mas de características especiais, surgiu enquadrado nas competências da Câmara Municipal no âmbito do Planeamento e Desenvolvimento, sendo ainda sustentado na Lei n.º 107/2001 de 8/9, onde foram estabelecidas as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural, mais concretamente no disposto no n.º 1 do artigo 53º onde se

obriga os municípios ao estabelecimento de um Plano de Pormenor de Salvaguarda para a protecção de imóveis classificados. Assim, o PPSCHVNC teve como objectivo a Salvaguarda do Património Cultural e Urbanístico do Centro da Vila e a regulamentação das operações urbanísticas que pudessem ter lugar na área por si delimitada, integrando-o numa dinâmica natural e racional do tecido urbano.

Na sequência do referido, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira assinou em Janeiro de 2002, com a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e com a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Norte, um protocolo onde se constituiu o Gabinete Técnico Local (GTL), que foi o responsável pela elaboração do PPSCHVNC.

O plano encontra-se na sua estrutura, organizado em duas partes, sendo que a primeira integra uma caracterização e diagnóstico da área de intervenção e a segunda descreve um conjunto de propostas que constituem a estratégia de desenvolvimento planeada para o Centro Histórico. Analisando mais em pormenor ambas as partes, a caracterização e diagnóstico, enquadra o Centro Histórico relativamente ao concelho, nas suas diversas componentes: demografia, geografia, clima, etc. passando-se posteriormente a uma caracterização mais específica, relativamente à totalidade da área em estudo, elencando-se os problemas detectados. Relativamente às propostas, segunda parte do plano, subdivide-se em três grupos, a saber: elementos constituintes do plano; unidades de intervenção e projectos pontuais.

No primeiro grupo, “elementos constituintes do plano”, é definida uma ordem e princípios reguladores de intervenção para as possíveis operações urbanísticas a realizar em edifícios do Centro Histórico, consoante os valores patrimoniais em causa, o interesse arquitectónico e/ou o contexto urbano onde se inserem. No segundo grupo, “unidades de intervenção”, são definidos objectivos e princípios de intervenção para diversas áreas e equipamentos do domínio público. Sendo propostos e elaborados projectos de intervenção, englobando-se aqui os projectos para a requalificação da Praça do Município; Rua 25 de Abril; Largo do Anjo; Largo 16 de Fevereiro; Rua do Forte e Praça D. Dinis, Jardim de Chagny; Auditório Municipal; Antigo Mercado do Peixe; Baluarte de St.^a Cruz. Alguns destes projectos serão parte integrante das obras relativas à 3^a fase de intervenção na requalificação do Centro Histórico. O terceiro e último grupo, “projectos pontuais”, procede à elaboração de projectos e/ou programas, tendentes à beneficiação ou requalificação de locais específicos com grande potencial urbano, arquitectónico, histórico e cultural, tais como: caminho da ronda do castelo;

caminho do salvado; fonte da vila; capelas da via sacra; etc. Sendo que, a reabilitação da fonte da vila viria também a fazer parte da 3ª fase de intervenção.

O PPSCHVNC, apesar de não se ter tornado oficial, assumiu um papel de relevo no processo de planeamento de obras fundamentais à reabilitação da quase totalidade do Centro Histórico quer ao nível de espaços e/ou equipamentos, aludindo-se mais uma vez ao facto do plano se desenvolver e concluir sem qualquer ingerência, relativamente às obras respeitantes às 1ª e 2ª fases de intervenção, para as quais, dos elementos estudados, não se percebeu qualquer lógica de intervenção integrada, intuindo-se antes uma lógica de acção sectorial para os locais a intervir, sem uma visão planeada e estruturada de todo o seu conjunto, contudo, o resultado final evidencia o contrário.

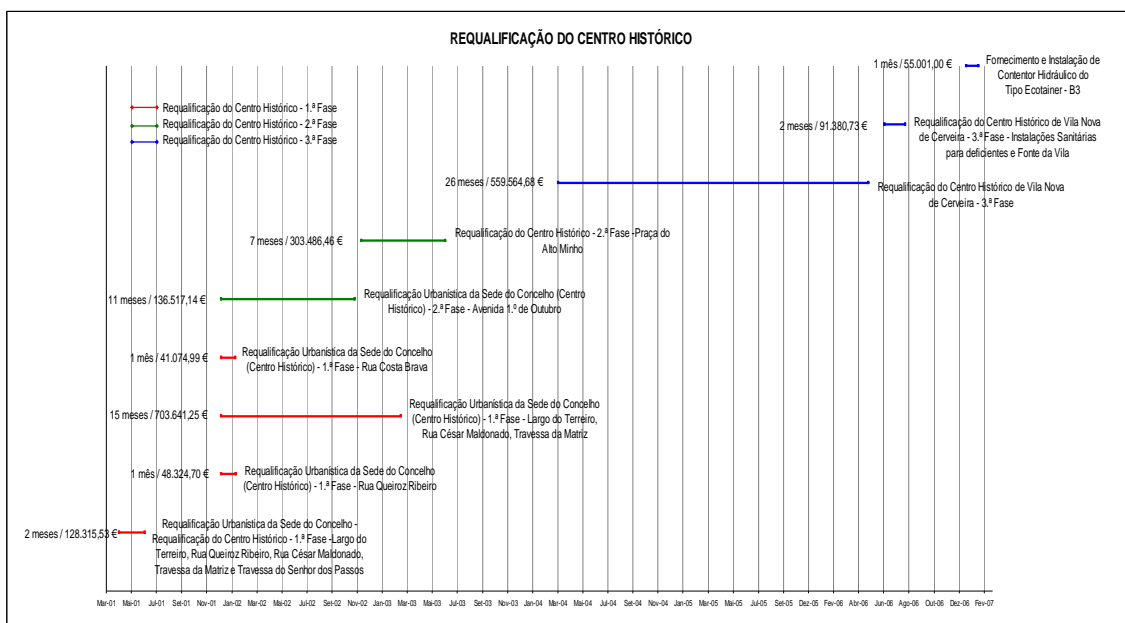
3.4 AS FASES DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta o volume, o tipo de trabalhos a executar e a sensibilidade da zona a intervir, a Câmara Municipal na prossecução de uma maior operacionalidade e exequibilidade da obra, dividiu a mesma em três fases distintas a saber:

- 1.ª fase – “Largo do Terreiro / Travessa da Matriz / Rua César Maldonado / Rua Queirós Ribeiro e a Travessa do Senhor dos Passos”
- 2.ª fase – “Praça Alto Minho / Avenida 1.º de Outubro”
- 3.ª fase – “Praça do Município / Rua 25 de Abril / Largo do Anjo / Largo 16 de Fevereiro / Rua do Forte e Praça D. Dinis”

A duração das empreitadas de cada uma das fases, bem como o intervalo cronológico em que ocorrem, foi naturalmente definido pela autarquia.

Com base na informação recolhida nos processos das empreitadas para a realização das obras, foi possível elaborar o cronograma da figura n.º 4, aonde é possível constatar as diferentes empreitadas, fases de intervenção e espaço temporal em que as mesmas ocorreram, permitindo assim intuitivamente, perceber-se a duração e a forma como os trabalhos se deferiram no tempo, dando uma maior abrangência e esclarecimento da matéria a tratar e analisar.



Fonte: Trabalho próprio sobre informações da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Figura n.º 4 – Cronograma representando as empreitadas e fases de intervenção da requalificação.

De seguida, passa-se a descrever de uma forma sucinta, as intervenções levadas a cabo em cada uma das fases anteriormente citadas.

1.ª Fase – “Largo do Terreiro / Travessa da Matriz / Rua César Maldonado / Rua Queirós Ribeiro / Travessa do Senhor dos Passos”

A requalificação do Largo do Terreiro como zona central da sede do concelho, bem como das ruas e travessas limítrofes, passou por reequacionar conceitos, ajustando os mesmos às actuais formas de pensamento urbano e às expectativas de urbanidade que se projectam num espaço desta natureza.

As intervenções incidiram fundamentalmente, ao nível das infra-estruturas (distribuição de água, drenagem de águas residuais, electricidade e telefones) e pavimentação de espaços públicos, utilizando como material unicamente o granito quer em lajeado, quer em guias ou cubo de “11” e “5”. As infra-estruturas básicas, passaram por uma reformulação / beneficiação do existente, bem como pela introdução de novas redes, indo assim ao encontro das actuais exigências, cuja importância e necessidade importava suprir.

Os espaços públicos, sofreram importantes transformações ao nível do seu desenho, tendo como objectivo fundamental, a criação de uma relação harmoniosa entre as pessoas e o espaço público, em contraponto ao papel que o automóvel e sua

circulação assumia no desenho urbano, criando muitas vezes situações de manifesta incompatibilidade.

2.ª Fase – "Praça Alto Minho / Avenida 1.º de Outubro"

A Praça Alto Minho foi alvo de uma intervenção destinada a ampliar o espaço de praça utilizável, com a ideia de se constituir como um prolongamento do Largo do Terreiro, possibilitando assim o aumento da área destinada ao peão, organizando o estacionamento e ordenando a circulação automóvel. A transformação era tanto mais necessária, na medida das requalificações entretanto efectuadas, sobretudo no Largo do Terreiro. Assim, mantendo a filosofia de intervenção da primeira fase, foram reformulados os traçados e sentidos de circulação automóvel (sendo que na Avenida 1º de Outubro se passou a circular apenas no sentido SW-NE), tornando-se mais coerentes, seguros e funcionais. Foram criados novos lugares de estacionamento, de forma mais ordenada e disciplinada, permitindo o parqueamento (quer na Praça, quer na Avenida) fora do Largo do Terreiro, sem contudo distar muito deste. Também ao nível desta intervenção, o material escolhido foi o granito, para os diferentes tipos de acabamentos: lajeado; guias e cubo de "11" e "5". Ao nível das infra-estruturas, foram reforçadas e construídas novas redes de distribuição de água, drenagem de águas residuais, electricidade e telefones.

Salienta-se nesta fase a ideia de prolongamento ao Largo do Terreiro, assumido nesta intervenção, reforçado pela instalação de uma fonte (tipo jogo de água); mobiliário urbano (bancos, papeleiras, etc.); bem como pela criação e disposição de novos espaços verdes.

3.ª Fase – "Praça do Município / Rua 25 de Abril / Largo do Anjo / Largo 16 de Fevereiro / Rua do Forte e Praça D. Dinis"

A Praça do Município foi alvo de uma importante transformação, sendo que a mesma se alargou à Rua 25 de Abril e Rua Dr. António José Duro. Pretendeu-se com a intervenção, dotar o edifício da Câmara Municipal de um espaço público de recepção, garantindo a confirmação de uma escala proporcional à representatividade dos Paços do Concelho. Um outro objectivo, não menos importante, prendeu-se com a organização do tráfego, clarificando aquilo que é tráfego pedonal e automóvel, situação queurgia

corrigir face à desordem que existia, com a confluência de vários sentidos de circulação em frente à câmara municipal, agravando-se a situação com a circulação pedonal sem qualquer ordem e/ou segurança.

A rua 25 de Abril apresentava-se consolidada, pelo que o seu desenho não sofreu grandes alterações. Já o Largo do Anjo, Largo 16 de Fevereiro, rua do Forte e Praça D. Dinis, sofreram importantes alterações ao nível da definição e ordenação do trânsito, circulação dos peões e criação de estacionamento, dando uso a espaços anteriormente degradados. Também nesta fase, a criação, reabilitação e alteração dos espaços verdes em conjunto com a utilização de mobiliário urbano, contribuíram de forma significativa para a requalificação efectuada.

Ao nível dos materiais foi dada preponderância ao granito, utilizando-se também betão betuminoso e cimento em pavimentos e guias de passeio ou jardim respectivamente. Naturalmente que os materiais menos nobres foram sobretudo utilizados na rua 25 de Abril, de carácter marcadamente mais urbano, bem como na rua do Forte e Praça D. Dinis (zona comercial mais afastada do centro). No que respeita às infra-estruturas e à semelhança do que aconteceu na primeira e segunda fase, foram beneficiadas e/ou construídas novas redes.

3.5 SÍNTESE

Como síntese do presente capítulo, pode-se afirmar que a intervenção da requalificação visou a melhoria das condições de circulação, quer automóveis, quer pedonais, passando ambas a conviver de forma ordenada e coerente. Tais melhorias provocaram naturalmente efeitos ao nível do usufruto dos locais públicos por parte das pessoas, com um correspondente reflexo na actividade turística e comercial.



Imagem n.º 1 e 2 – À esquerda, Praça do Município, em 2000; à direita, Praça do Município, em 2008.

Da análise das imagens n.^{os} 1 e 2 relativas à Praça do Município, pode-se constatar a clara diferença entre o antes e depois da intervenção, com a correspondente organização e diferenciação entre o espaço destinado à circulação automóvel e pedonal, com clara e inequívoca vantagem para o peão, quer ao nível da circulação, quer ao nível da sua permanência, com a criação de um espaço mais amplo tipo praça e colocação de mobiliário urbano (bancos e bebedouros), por forma a conferir uma zona de estar e lazer até antes inexistente. Também aqui e da comparação das imagens, poder-se-á constatar o especial cuidado na introdução de espaços verdes, tais como caldeiras, preenchidas com árvores, por forma a dotar o espaço de um carácter mais leve e agradável a quem dele se serve e ou utiliza.

O exemplo apresentado, relativo à terceira e última fase de intervenção, traduz assim de forma clara e inequívoca, a importância e abrangência da transformação efectuada, tendo existido igual princípio de intervenção nas anteriores fases.

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira como espaço físico, reflectia no ano de 2000, uma série de décadas sem qualquer transformação ao nível do seu desenho urbano e estrutura funcional, revelando-se completamente desajustado e em manifesto contra ciclo, com as grandes transformações de ordem social, económica e cultural verificadas sobretudo ao longo dos últimos trinta anos.

As três últimas décadas foram exemplificativas da velocidade e magnitude das evoluções operadas, revelando-se a nível social uma nova realidade com maior instrução das populações, despoletando o avanço económico e melhoria das condições de vida, traduzindo-se em mais consumo, permitindo uma maior diversificação do comércio em áreas até antes inexistentes. O próprio automóvel tornou-se em pouco tempo num bem acessível a todos, com os vários inconvenientes inerentes. A nível social e cultural, os cidadãos ganharam uma nova consciência cívica, reivindicando direitos e tomando parte activa na vida pública. Todas estas alterações, verificadas após o 25 de Abril e com uma profundidade e escala sem precedentes, alteraram conceitos, formas de estar e de viver, que não foram acompanhadas e assimiladas pelo Centro Histórico, na sua componente física e funcional. Tal facto, tornou-o num espaço com enormes desconformidades e incongruências, completamente desfasado da realidade actual, das suas novas exigências e necessidades. Deste modo, o Centro Histórico já não servia a realidade de outros tempos com que certamente soube conviver, pelo que a requalificação era inevitável.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA

4.2.1 Conceptual

Sob o ponto de vista conceptual, existiam várias áreas aonde o tratamento deveria ser primordial, sobretudo ao nível do veículo automóvel, sua circulação e

permanência, cujos princípios tiveram de ser completamente subvertidos, simplificando sentidos de circulação e retirando estacionamento às zonas nobres, num princípio de maior autonomia e primazia à circulação de pessoas, traduzindo-se tal facto, numa mais valia ao comércio local. Também na escolha dos materiais para a requalificação, o assunto se revestia de especial cuidado, função das particularidades do local, tendo a filosofia assentado numa continuidade de raiz cultural, do material já existente e consolidado, no caso o granito, mantendo-se também a mesma filosofia ao nível do seu desenho, no caso do Largo do Terreiro e artérias limítrofes. A escolha de materiais menos nobres tais como, o cimento e o betão betuminoso, reservaram-se para as entradas Norte e Sul, função da zona marcadamente mais recente e residencial e da ligação com a estrada nacional n.º 13, respectivamente, sendo estas transições função da sua relação com a envolvente perfeitamente naturais e pacíficas.

As infra-estruturas, função das novas exigências, foram também alvo de requalificação ou de nova construção, procurando através de novos materiais e técnicas, fazer face às novas realidades, quer ao nível do abastecimento e drenagem de água, quer ao nível da electricidade e telefones.

Uma outra área a tratar de grande sensibilidade, foram as acessibilidades, traduzindo a percepção e exigência actual, de que os espaços públicos, deverão ser espaços aonde a mobilidade e condições de acesso, não devam discriminar ninguém, função da sua condição motora ou sensorial, devendo antes pelo contrário, favorece-la. Foi também dada especial atenção aos locais para colocação de resíduos, num princípio de consciencialização ambiental, procurando-se com novos equipamentos, minorar o impacte estético das soluções mais tradicionais. Por último, os espaços verdes e o mobiliário urbano, dotaram a reabilitação de ambientes aprazíveis. Tendo os espaços verdes no seu desenho, forma e espécies coerentemente planeadas, conferido um novo ar de actualidade e modernidade, acompanhados por uma escolha criteriosa do mobiliário urbano, função das diferentes especificidades dos locais.

4.2.2 Tráfego/arruamentos

No que respeita ao presente subcapítulo e analisando o Largo do Terreiro, constata-se que o espaço tal como existia, era cruzado em todas as suas aberturas pelo trânsito automóvel, dentro de um princípio de grande acessibilidade para o mesmo. Todavia, esta resposta retirava unidade à praça, função de praticamente metade da sua

área se encontrar destinada ao automóvel, quer para espaço de circulação, quer para estacionamento. Também o vínculo funcional desta característica e os detalhes da sua construção, via, lancil, estacionamento, retiravam a hipótese de uma utilização polivalente, não sendo assim possível e/ou prático, fruir de uma praça com maior unidade e escala.



Imagem n.º 3 e 4 – À esquerda, vista do Largo do Terreiro, em 2000; à direita, vista do Largo do Terreiro, em 2008.

A intervenção efectuada retirou o estacionamento do Terreiro, limitando o seu acesso a cargas e descargas ao comércio. Foi também evidente, a preocupação em reduzir a velocidade automóvel ao longo do cruzamento N/S do Largo do Terreiro, nomeadamente através da alteração do traçado do arruamento, bem como, por alterar e/ou condicionar os sentidos de circulação, possibilitando a existência de uma certa hegemonia do peão e das funções a ele adstritas sobre o automóvel e sua circulação. Tais transformações são notórias através da comparação das imagens n.ºs 3 e 4, aonde é clara a definição dos novos traçados dos arruamentos, bem como a eliminação do estacionamento.

Toda a filosofia de intervenção ao nível do tráfego e arruamentos aplicado no Largo do Terreiro, teve repercussão e continuidade por todo o Centro Histórico. Assim, no caso da Praça Alto Minho, o traçado viário foi alterado e simplificado na sua organização, de forma a que a nova praça se constituísse como remate do Largo do Terreiro em relação às vias situadas a Norte, criando-se duas zonas de estacionamento, uma para veículos ligeiros e outra para táxis (junto ao Largo do Terreiro), colmatando-se deste modo, a ausência de estacionamento no Largo do Terreiro.

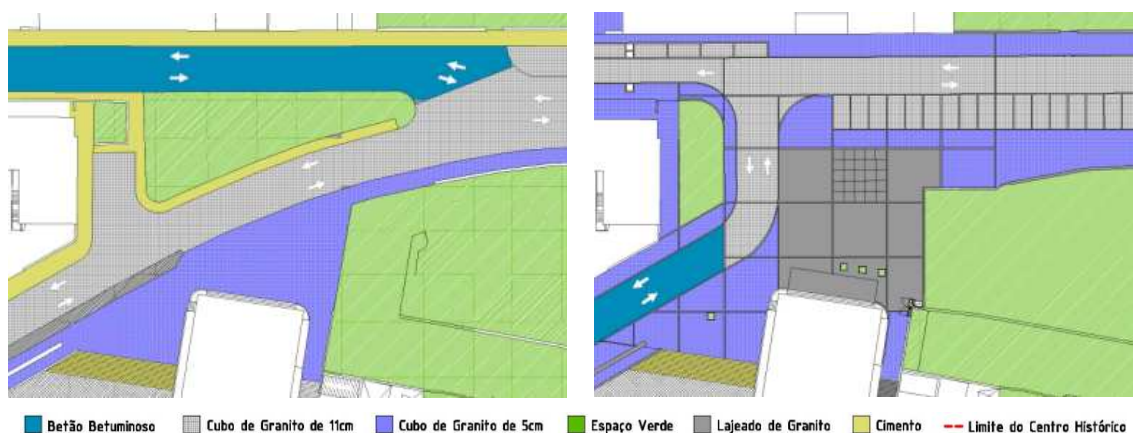


Imagem n.º 5 e 6 – À esquerda, planta da Praça Alto Minho, em 2000; à direita, planta da Praça Alto Minho, em 2008.

Da observação das imagens n.ºs 5 e 6, pode-se constatar a simplicidade atingida ao nível do desenho, no traçado dos arruamentos (alinhando-se a saída do Largo do Terreiro com a Avenida 1º de Outubro) e estacionamento em detrimento do que sucedia no passado, acarretando tal transformação uma organização na circulação viária até então confusa e conflituosa. No que respeita à circulação pedonal, a mesma passa agora a dispor de amplos passeios que ladeiam o arruamento. Também se torna patente nas imagens, a nova área ganha ao antigo espaço verde para aumento da praça, com a vantagem do actual traçado do arruamento (em “s”) obrigar a uma redução clara nas velocidades dos veículos automóveis que atravessam o centro da vila. No que respeita aos materiais do arruamento, foi utilizado, cubo e guias de granito, que rematam na via situada a norte (já no limite da área do Centro Histórico) com um arruamento em betão betuminoso.

Na Avenida 1º de Outubro e da observação da imagem n.º 8, verifica-se a alteração operada com a diminuição clara da largura do arruamento, face ao que acontecia em 2000, retratado na imagem n.º 7, permitindo assim a abertura de espaço a estacionamento ordenado, bem como à introdução de rampas de acesso às garagens (conforme imagem n.º 9) que anteriormente eram anárquicas no seu número e geometria.



Imagem n.º 7 e 8 – À esquerda, vista da Av. 1º de Outubro, em 2000; à direita, vista da Av. 1º de Outubro, em 2008.

No que respeita ao tráfego automóvel, a Avenida perdeu um sentido de circulação, passando a sentido único, optando-se por implementar uma fila de estacionamento em ambos os lados do arruamento, sendo a sua pavimentação executada em paralelo e guias de granito (mesmos materiais do arruamento) conforme se constata na imagem n.º 10. Contrariou-se desta forma, a organização do passado com dois sentidos de circulação, desenvolvendo-se o estacionamento junto aos lancis do passeio, de forma desordenada e anárquica. A Avenida, passa agora a alinhar-se com o arruamento da Praça Alto Minho, permitindo uma maior fluidez e coerência nos sentidos de circulação automóvel.



Imagem n.º 9 e 10 – À esquerda, aspecto de uma rampa de acesso a garagem na Av. 1º de Outubro, em 2008; à direita, pormenor do estacionamento, sentido de circulação e material de pavimento na Av. 1º de Outubro, em 2008.

A Norte, a Avenida 1º de Outubro passou a relacionar-se com a Praça D. Dinis de forma simples, sendo que o usufruto pedonal se encontrava comprometido, devido à rotunda que fazia a ordenação do trânsito automóvel. A nova pretensão passou por reordenar a circulação automóvel de modo a valorizar um circuito pedonal fechado e contínuo, que caracterizasse uma nova dinâmica para o local, função do centro

comercial aí implantado. Da comparação das imagens n.º 11 e 12, pode-se observar que a rotunda deu lugar a uma península que acondicionou novos lugares de estacionamento, permitindo a circulação do peão em todo o seu perímetro. Os novos sentidos de circulação automóvel, apresentam-se agora mais sensatos e compatíveis com o intenso fluxo de passagem e permanência que o local apresenta, função da forte componente comercial da zona. Tendo-se optado ao nível dos pavimentos, por betão betuminoso nos arruamentos e cubo de granito com guias de cimento no estacionamento.

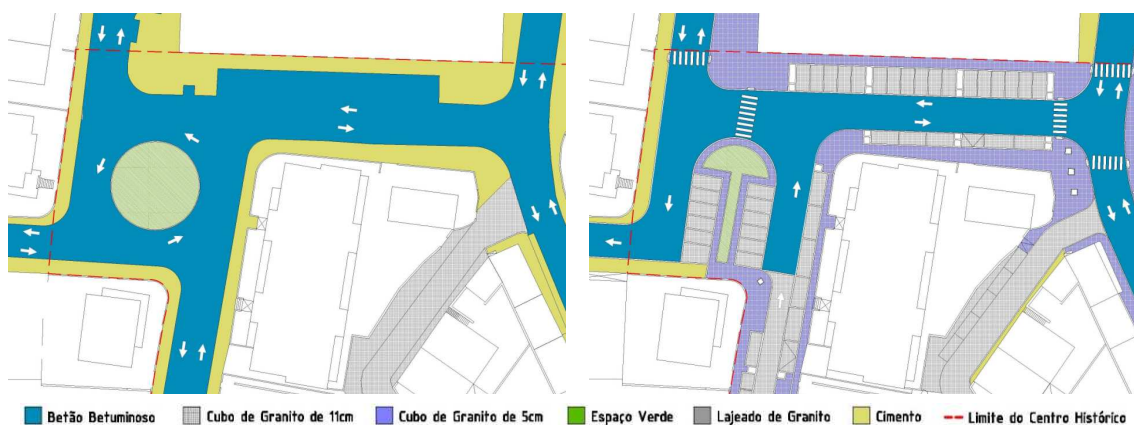


Imagem n.º 11 e 12 – À esquerda, planta da Praça D. Dinis, em 2000; à direita, planta da Praça D. Dinis, em 2008.

Relativamente à entrada Sul da Vila, a Praça do Município apresentava uma preocupante desordem ao nível do estacionamento e circulação automóvel, provocada pelo deficiente desenho do traçado viário e correspondentes sentidos de circulação, o que condicionava fortemente a circulação pedonal no local, constatando-se na imagem n.º 13 a confluência dos vários arruamentos e sentidos de circulação no centro da praça (que funcionava unicamente como um entroncamento), promovendo situações de anarquia potencialmente perigosas ao nível do trânsito automóvel.

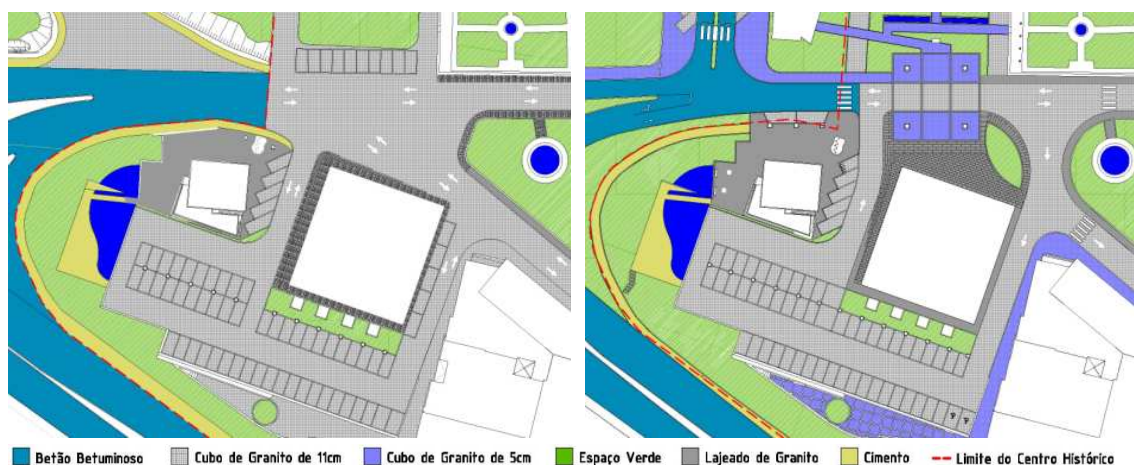


Imagem n.º 13 e 14 – À esquerda, planta da Praça do Município em 2000; à direita, Praça do Município, em 2008.

As imagens n.^{os} 13 e 14 retratam a resolução dos problemas enunciados, podendo-se observar a transformação operada ao nível da organização e disciplina na circulação automóvel e criação de condições à circulação pedonal. Na imagem n.º 14, verifica-se que o passeio em lajeado de granito de acesso ao edifício foi ampliado até ao arruamento, a escada lateral foi prolongada até à frente do passeio onde dobrou e passou a rematar num pequeno jardim em forma de olho (a nascente da Praça), permitindo por um lado, a configuração de um traçado regular ao actual arruamento, definindo este por si só os sentidos de circulação, até antes pouco claros e sujeitos a interpretação duvidosa. Por outro lado, os ganhos ao nível destes espaços permitiram a circulação a peões em condições de perfeita segurança, sem invadir o espaço afecto ao arruamento, como até antes acontecia. Do lado oposto ao edifício da Câmara Municipal, eliminou-se o estacionamento, como ponto de conflito com a circulação automóvel, acrescido do impacto negativo que este apresentava face à representatividade do local, permitindo assim o prolongamento do jardim e criação de uma pequena praça, possibilitando a continuidade do passeio até ao Largo do Terreiro.



Imagem n.º 15 e 16 – À esquerda, arruamento principal da Praça do Município, visto do lado sul (entrada da Vila a partir da EN 13), em 2000; à direita, vista do arruamento da Praça do Município, em 2008.

As fotografias das imagens n.^{os} 15 e 16, ilustram na perfeição a transformação efectuada, com a simplicidade atingida no traçado do arruamento, com as implicações evidentes ao nível da circulação e estacionamento automóvel, bem como, na introdução de áreas de circulação afectas ao peão. No que diz respeito aos materiais utilizados na pavimentação dos arruamentos, foi aplicado cubo e guias de granito, fazendo-se a ligação com a estrada nacional n.º 13, já no limite da área do Centro Histórico, em betão betuminoso.

4.2.3 Pavimentação

Relativamente à pavimentação, procurar-se-á descrever de forma clara e concisa as alterações e filosofia, que estiveram na base da requalificação, dando especial atenção às áreas aonde a transformação foi mais significativa. A intervenção do Largo do Terreiro passou por uma repavimentação de toda a frente da praça do lado da Muralha, pavimentação em granito sob as formas de lajeado, guias e cubo, com diferentes configurações ao nível do seu desenho, que serviram para melhor definir a área afectada aos estabelecimentos comerciais e às esplanadas existentes. A transformação efectuada foi pois, no sentido de “cerzir” a textura dominante da praça, estendendo a malha de pavimentação até ao topo poente.



Imagem n.º 17 e 18 – À esquerda, aspecto da configuração de desenho e tipo de material no Largo do Terreiro, em 2008; à direita, configuração do desenho ao nível do arruamento no Largo do Terreiro, em 2008.

A imagem n.º 17 é esclarecedora quanto ao tipo de textura e à malha de pavimentação, constituída por quadrículas de guias de granito, preenchida por cubo de “5X5”, constatando-se da imagem n.º 18, que a malha se estendeu da praça ao arruamento, eliminando-se assim os anteriores lancis como separação física entre o automóvel e o peão, possibilitando a este último, o atravessamento da praça sempre ao mesmo nível, sendo que aqui e função da solicitação automóvel, o cubo foi alterado para as dimensões de “11X11”.

Merecedor de especial destaque, foi o alargamento do espaço de influência da igreja, uma vez que se saía directamente da mesma para a via, pavimentando-se o espaço fronteiro em lajeado de granito (ver imagem n.º 19). Conseguiu-se portanto, dar maior dignidade institucional à Igreja, ao espaço envolvente e ao seu funcionamento, restituindo-se à mesma, um espaço mais amplo de adro, característico das praças que possuem Igrejas. Deste modo, face às transformações efectuadas ao nível da

pavimentação, foi possível potencializar a abertura da praça a funções de estar comerciais, de cafés e esplanadas e ao mesmo tempo a espaço de estar em acontecimentos religiosos, ou bem de outros eventos de carácter lúdico, com especial relevância e importância dos mesmos na época de verão.



Imagem n.º 19 e 20 – À esquerda, tipo e configuração da pavimentação no adro da Igreja Matriz, em 2008; à direita, tipo e configuração da pavimentação junto ao solar dos Castros (actual Biblioteca Municipal), em 2008.

Na imagem n.º 20, pode-se verificar o tipo e configuração do lajeado de granito empregue, em contraste com o lajeado existente antes das obras de requalificação. Optando-se neste caso por manter o lajeado velho (em bom estado de conservação) como legado do passado. Relativamente à Travessa da Matriz, foi executada uma pavimentação em lajeado de granito, estabelecendo uma continuidade com os pavimentos limítrofes, mais concretamente, com os que o bordejam a Sul a Capela Matriz e a Norte a Capela de S. Cipriano.

Dado o bom estado da Rua César Maldonado, optou-se apenas por uma intervenção ao nível da conservação, consertos pontuais e colocação de cubo de granito “5x5” em substituição do cubo de “11X11” anteriormente existente, incluindo a colocação de lajeado de granito novo no remate com os edifícios, conforme atesta a imagem n.º 21. Na imagem n.º 22, pode-se constatar o remate com a área não intervencionada, que evidencia o aspecto e configuração da rua antes da obra de requalificação.



Imagem n.º 21 e 22 – À esquerda, pormenor do tipo de pavimentação na Rua César Maldonado (vista a partir do Largo do Terreiro), em 2008; à direita, pormenor do remate da Rua César Maldonado com a Rua Costa Pereira (que não sofreu intervenção), em 2008.

As alterações efectuadas, conferiram assim ao local uma utilização marcadamente mais pedonal, com a escolha da dimensão do cubo de granito, reforçando-se e completando a intenção, com a proibição da circulação automóvel, numa rua com forte componente comercial.

A Rua Queirós Ribeiro, encontrava-se igualmente em bom estado de conservação, sendo a filosofia de intervenção semelhante à da Rua César Maldonado (ver imagem n.º 23). Todavia, julgou-se pertinente intervir nalgumas das suas travessas, nomeadamente na Travessa do Senhor dos Passos, aonde foi valorizado o espaço de passagem pedonal, através da criação de uma praça (que funciona como esplanada de um estabelecimento de restauração) e correspondente pavimentação com lajedo de granito, potenciando uma travessa de ligação entre duas ruas (rua Queirós Ribeiro e a Rua 25 de Abril), numa agradável área de estar e lazer, conforme o retratado na imagem n.º 24.



Imagem n.º 23 e 24 – À esquerda, pormenor do tipo de pavimentação na Rua Queirós Ribeiro, em 2008; à direita, configuração da pavimentação na Travessa do Senhor dos Passos, em 2008.

Relativamente à Praça do Alto Minho, a sua requalificação teve igualmente como material de eleição, o granito, utilizado nas formas de lajeado, guias e cubo com diferentes configurações ao nível do desenho. No espaço público pedonal e da leitura da imagem n.º 25, verifica-se que a pavimentação foi realizada em cubo de dimensão “5X5”, regrado por um desenho com guias (como continuidade ao existente no Largo do Terreiro), tendo na sua zona mais ampla, uma pavimentação em lajeado, aonde sobressai uma fonte enterrada com a utilização de repuxos (tipo jogos de água), conforme o ilustrado na imagem n.º 26, conferindo ao conjunto um verdadeiro carácter de praça, zona de estar e lazer, de acordo com o princípio de intervenção, definido para o local.

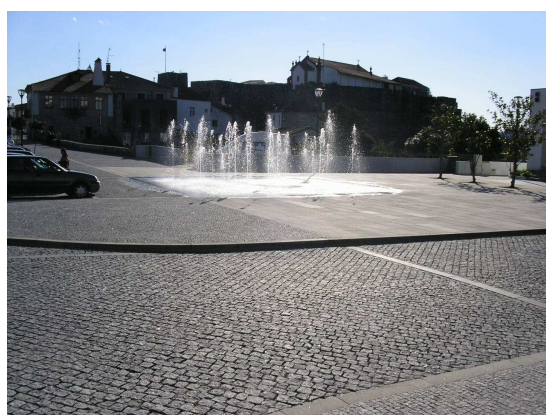


Imagem n.º 25 e 26 – À esquerda, pormenor do tipo de pavimentação na Praça Alto Minho, em 2008; à direita, aspecto da fonte existente na Praça Alto Minho, em 2008.

Na Avenida 1.º de Outubro, verificou-se uma pavimentação dos passeios com a utilização de cubo “5X5” e guias de granito a delimitar o estacionamento. Conferiu-se assim ao local, um aspecto mais nobre, de acordo com a visibilidade que o mesmo assume, função da sua proximidade de locais como o Largo do Terreiro, eliminando-se os antigos materiais de pavimentação, mais simples e pobres, tais como o cimento esquartelado em passeios e o betão betuminoso no arruamento (as imagens n.ºs 7 e 8, representadas no subcapítulo tráfego/arruamentos ilustram na perfeição a alteração comentada).

Na Praça do Município, a transformação foi surpreendente ao nível do desenho, alterando-se completamente o seu aspecto, abrindo-se a Praça a novos tipos de utilização, que até antes da requalificação eram maioritariamente ao serviço do automóvel. Criaram-se assim as condições à circulação de pessoas e fruição dos novos espaços de estar e lazer, situados em ambos os lados do novo arruamento. Deste modo e

da imagem n.º 27, à cota baixa do arruamento, optou-se ao nível da estereotomia do pavimento, por uma lógica semelhante à existente no Largo do Terreiro, constituída por uma malha ortogonal formada por guias de granito, onde os espaços resultantes são preenchidos com cubo de “5X5” nas áreas pedonais e de “11X11” no espaço de circulação automóvel.



Imagem n.º 27 e 28 – À esquerda, aspecto da pavimentação na Praça do Município, em 2008; à direita, pormenor do tipo de pavimentação no acesso ao edifício dos Paços do concelho (Praça do Município), em 2008.

O acesso ao edifício dos Paços do Concelho, em lajeado de granito (imagem n.º 28), foi aumentado na sua área, prolongando-se para fora em direcção ao arruamento, constituindo-se agora como um espaço, cuja importância e notoriedade estão em sintonia com a representatividade do edifício. Ao nível de cotas e à semelhança do que já existia, o desnível venceu-se com o recurso a degraus, sendo utilizada uma rampa em lajeado de granito a Nascente, que limita um pequeno jardim em forma de “olho”.

Na Rua do Forte e Praça D. Dinis, a intervenção ao nível da pavimentação consistiu nas vias de circulação automóvel, em pavimentação com betão betuminoso e em passeios com cubo de granito “5x5”, com utilização de guias de cimento.

A Rua 25 de Abril, que estabelece uma relação directa entre a Praça do Município e o Largo 16 de Fevereiro, encontrava-se consolidada, pelo que as transformações passaram pela substituição do piso da via de circulação, em betão betuminoso e, pela alteração do material de passeios, que passaram de cimento a cubo de granito “5X5”.

O Largo do Anjo, que separa a Rua do Arrabalde com a Rua Queirós Ribeiro, foi caracterizado por uma pavimentação em granito de guias, lajeado e cubo “5X5”, sendo a interrupção do lajeado de granito executada rente às fachadas, adoptando-se a característica das faixas pedonais da Rua Queirós Ribeiro.

No Largo 16 de Fevereiro, optou-se por um pavimento de betão betuminoso nas vias de circulação, conforme o retratado na imagem n.º 29, sendo a Praça revestida a cubo de “5X5” com uma quadrícula em guias de granito à semelhança do que aconteceu no Largo do Terreiro e cubo “11X11” como transição aos vários tipos de materiais, sendo a imagem n.º 30 perfeitamente esclarecedora. No parque de estacionamento, existente no Largo 16 de Fevereiro, foi utilizado o cubo de granito de “11X11”.



Imagem n.º 29 e 30 – À esquerda, aspecto da pavimentação no Largo 16 de Fevereiro (visto da Rua 25 de Abril), em 2008; à direita, pormenor de diferentes materiais de pavimentação no Largo 16 de Fevereiro, em 2008.

4.2.4 Acessibilidades

Este subcapítulo, reveste-se de uma importância especial, na medida em que, toda a obra de requalificação seria manifestamente incompleta, se não fosse dada especial atenção à acessibilidade e mobilidade das pessoas com necessidades especiais, no usufruto dos espaços públicos entretanto reabilitados, tanto mais, que as normas legais vigentes, designadamente o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, assim o determinam. De salientar, que relativamente às pessoas com necessidades especiais e para além daquelas com mobilidade condicionada e dificuldades sensoriais, existem também as que, função do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, tais como as grávidas, as crianças e os idosos, assumindo estes cada vez mais uma importância preponderante, função do envelhecimento generalizado da população. Portanto, tendo em conta a promoção da mobilidade e da acessibilidade para todos, verificaram-se uma série de intervenções que visaram a correcção de uma série de anomalias e incongruências, que dificultavam e/ou impediam o livre acesso e circulação em condições de normalidade e autonomia a todas as pessoas.

As intervenções verificadas, generalizaram-se nomeadamente: ao nível da criação de rampas na via pública; passagens de peões de superfície; criação de

estacionamento; criação de passadeiras sobrelevadas e instalações sanitárias de acesso público. No que diz respeito à criação de rampas na via pública, as mesmas permitem que pessoas com mobilidade condicionada, possam vencer desníveis com total autonomia e segurança, conforme o retratado nas imagens n.ºs 31 e 32, aonde se verifica na travessa do Sr.º dos Passos (imagem n.º 32) em ter, para além da escada, uma rampa, evidenciando a preocupação que existiu, em que todo o Centro Histórico fosse percorrido por pessoas com necessidades especiais.



Imagem n.º 31 e 32 – À esquerda, rampa de ligação entre a Rua 25 de Abril e a E.N. 13, em 2008; à direita, rampa e escada de ligação entre a Rua 25 de Abril e a Rua Queirós Ribeiro, em 2008.

Ao nível da passagem de peões de superfície, ambicionando uma utilização mais acessível a todas as pessoas, optou-se por dois tipos de solução, uma em que o pavimento é rampeado na zona imediatamente adjacente à passadeira, conforme se pode constatar pela análise da imagem n.º 33, outra em que a passadeira é colocada ao mesmo nível dos passeios (imagem n.º 34). Esta última, para além de permitir a circulação pedonal sempre ao mesmo nível, surge também como medida de acalmia do tráfego permitindo a redução da velocidade automóvel (efeito de lomba).



Imagem n.º 33 e 34 – À esquerda, passagem para peões rampeada no passeio da praça Alto Minho, em 2008; à direita, passagem para peões sobrelevada na rua Dr.º António José Duro, em 2008.

A criação de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, visou dotar os espaços de estacionamento existentes, das condições exigidas para o efeito, privilegiando-se no princípio deste subcapítulo a localização dos mesmos.

Tendo em conta que as áreas intervencionadas não dispunham de instalações sanitárias públicas com condições de acesso a pessoas com necessidades especiais e face às intervenções efectuadas de forma a permitir uma maior acessibilidade e melhor mobilidade por todo o Centro Histórico, optou-se pela implantação de sanitários públicos, cuja utilização fosse de carácter geral, servindo todavia as especificidades das pessoas com mobilidade condicionada, dando maior abrangência e coerência às intervenções realizadas. Deste modo, nas imagens n.^{os} 35 e 36, pode-se verificar a instalação sanitária colocada, do tipo pré-fabricada, que cumpre com todas as exigências legais, tendo sido essa uma das principais preocupações ao nível da escolha do modelo.

No que respeita à sua localização, procurou-se, para além da sua integração na envolvente, localiza-la em função da maior concentração de pessoas, optando-se pela Praça Alto Minho, uma vez que na área do Largo do Terreiro, a sua implantação era de todo desaconselhável, função do carácter único e distinto do local.



Imagem n.º 35 e 36 – À esquerda, instalação sanitária do tipo pré-fabricada na Praça Alto Minho, em 2008; à direita, aspecto interior da instalação sanitária (Praça Alto Minho), em 2008.

4.2.5 Resíduos

No que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos e tendo em conta o carácter sensível do Centro Histórico, foi opção da Câmara Municipal a instalação de “ecotainer’s” enterrados, nas zonas consideradas mais nobres, por forma a reduzir o

impacte visual que a solução tradicional envolve (com os usuais contentores).

A abordagem em relação aos pontos de recolha dos resíduos, passou por manter praticamente o mesmo número de contentores, reduzindo-se sobretudo a sua dispersão, de forma a atenuar o seu impacte na envolvente, procurando também, disciplinar os proprietários dos estabelecimentos comerciais a reduzir o volume de lixo produzido, uma vez que, as distâncias a percorrer para o seu depósito, aumentaram.



Imagem n.º 37 e 38 – À esquerda, aspecto de “Ecotainer” situado na Travessa do Cais, em 2008; à direita, aspecto interior do “Ecotainer” situado na Rua Costa Brava, em 2008.

O Centro Histórico, passou a dispor de três pontos de recolha iguais aos das imagens n.ºs 37 e 38, distribuindo-se pelos locais considerados mais sensíveis relativamente às actividades comerciais a servir, podendo-se observar a partir das imagens, o tipo de sistema aplicado e seu funcionamento, com recurso a uma plataforma elevatória, aonde se encontram os tradicionais contentores. A solução permite, para além da significativa vantagem associada à redução dos maus cheiros, poupança de espaço e minimização do impacte visual, constituir-se como um elemento estético da envolvente.

4.2.6 Espaços verdes

O Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira exibia, antes das obras de requalificação, um conjunto de espaços verdes de diferentes tipologias e épocas de implantação, o que conferia na globalidade, espaços agradáveis e em harmonia com o meio natural envolvente. Contudo, verificou-se que o desenvolvimento urbanístico não teve em linha de conta a necessidade de manutenção ou reformulação dos espaços verdes, promovendo pelo contrário, a desvalorização das funções inerentes a estes

espaços. Em virtude dessa situação, os espaços verdes foram perdendo o destaque e a necessária importância que detinham para os residentes e visitantes do Centro Histórico.

Sendo assim, constatavam-se diversos problemas que a curto e médio prazo deveriam ser resolvidos, conferindo novamente aos espaços verdes funções adequadas às necessidades e exigências da população. Entre alguns dos problemas destacam-se: os revestimentos inapropriados do solo; usos inadequados dos espaços; espécies inadequadas ao meio (solo, clima, etc.); formações arbóreas deficientes; drenagem deficiente; falta de podas de correcção e de formação; impacte visual negativo dos espaços, que devido à sua área e localização se encontravam desprovidos de funções. A imagem n.º 39 é pois esclarecedora, relativamente ao problema que constituíam os espaços, que função da sua área e localização, não dispunham de funções definidas, sendo neste caso, o espaço aproveitado para diversos fins por vezes antagónicos, tais como, estacionamento, zonas de estar e de lazer. Para a resolução destes problemas, efectuaram-se um conjunto de intervenções que passaram previamente por um planeamento e definição dos espaços e usos. De modo geral, as intervenções incidiram sobretudo no seguinte: correcção dos revestimentos; melhoria da drenagem dos solos; substituição de espécies por outras mais adequadas ao meio e clima; colocação de sistemas de rega automática; acondicionamento dos espaços verdes de acordo com os diferentes usos e criação de novos espaços.



Imagem n.º 39 e 40 – À esquerda, aspecto do Largo 16 de Fevereiro (visto a partir da Rua Queirós Ribeiro), em 2000; à direita, vista do Largo 16 de Fevereiro, em 2008.

Comparando as imagens n.ºs 39 e 40, constata-se que o Largo 16 de Fevereiro definiu um uso para o local (estacionamento), elevando a cota do Largo, com recurso a muros de granito, permitindo a criação de uma cortina verde através da utilização de espécies arbustivas entre o muro e a zona de estacionamento, conseguindo-se assim

amenizar o impacte visual das viaturas aí estacionadas. Foram abatidas algumas árvores (plátanos), que função da sua localização comprometiam as zonas de circulação e estacionamento, tendo-se também optado pela realização de podas de correcção. Tais alterações, permitiram, como as imagens retratam, valorizar e potenciar um espaço verde que se encontrava até antes e em função das razões já apontadas, desprovido de qualquer interesse, acarretando antes, um forte impacte visual negativo.



Imagem n.º 41 e 42 – À esquerda, vista do Jardim de Chagny, em 2000; à direita, jardim de Chagny, em 2008.

A imagem n.º 41, retrata o jardim de Chagny, situado em frente à Câmara Municipal, podendo-se perceber que o mesmo não foi alvo de qualquer intervenção ou reformulação ao longo dos anos, perdendo o destaque e a importância que lhe era devida, nomeadamente por ser a entrada Sul da Vila, dando acesso directo ao Centro Histórico a partir dos Paços do Concelho. O espaço verde apresentava-se com uma imagem pouco apelativa, não respondendo assim às necessidades dos residentes e visitantes.

O tipo de pavimentação em “gravilha”, a falta de drenagem, as espécies arbóreas e o desenho do Jardim (interrompido por estacionamento), contribuía decididamente para a imagem árida que o mesmo exibia. Assim, operou-se uma grande transformação, procurando intervir em cada um dos pontos negativos que a solução anterior apresentava. A imagem n.º 42 expõe um novo jardim, mais “verde” e moderno no seu desenho, procurando relacionar o mesmo com os edifícios municipais envolventes: Arquivo, Auditório, Biblioteca e Câmara. As intervenções incidiram, conforme retrata a imagem, na substituição do tipo de pavimentação para cubo de granito “5X5”, criação de manchas verdes mais amplas, plantação de ciprestes a ladear o jardim formando uma cortina verde, conferindo ao espaço um carácter mais reservado e polivalente, propício a

actividades de estar e de lazer, potenciadas com actividades culturais tais como espectáculos e concertos na época de Verão.

Da comparação das imagens, podem-se perceber as alterações e o real alcance das transformações realizadas ao nível da qualidade do espaço verde, conferindo uma nova dignidade e importância ao local, que agora se apresenta como ponto de referência incontornável a quem entra ou sai do Centro Histórico.



Imagem n.º 43 e 44 – À esquerda, aspecto da rotunda existente na Praça D. Dinis (vista da Rua 1.º de Outubro), em 2000; à direita, aspecto do estacionamento na Praça D. Dinis, em 2008.

Um outro exemplo das transformações operadas ao nível dos espaços verdes, pode-se comprovar através das imagens n.ºs 43 e 44, aonde a rotunda existente na Praça D. Dinis, deu lugar a uma península com lugares de estacionamento, valorizada com a implantação de um pequeno jardim, no qual foi mantida a árvore, melhorando-se o espaço verde com a utilização de diferentes espécies arbustivas, criando no conjunto um desenho agradável e harmonioso. A presente transformação, traduz o empenho que a autarquia concedeu a espaços, que apesar das suas características mais urbanas, não dispensaram igual princípio de intervenção aos dos espaços considerados mais nobres e emblemáticos. Os exemplos apresentados, apesar de importantes na sua dimensão e princípios de actuação, não dão contudo uma ideia real de todas as intervenções, pelo que se julga pertinente a observação das imagens n.ºs 45, 46 e 47, aonde se pode constatar a qualidade ao nível dos espaços verdes no desenho urbano do Centro Histórico, pretendendo dar uma maior visibilidade e abrangência destes espaços.



Imagem n.º 45, 46 e 47 – À esquerda, aspecto de um espaço verde na Praça D. Dinis, em 2008; ao centro, espaço verde na Rua 25 de Abril, em 2008; à direita, aspecto de um jardim existente no Largo 16 de Fevereiro, em 2008.

4.2.7 Mobiliário urbano

As obras de requalificação não estariam concluídas, se não houvesse lugar a uma escolha criteriosa e ponderada do mobiliário urbano a utilizar, até porque, de outra forma, todo o trabalho até aqui desenvolvido poderia ser fortemente comprometido e/ou penalizado. A abrangência do desenho urbano nas obras executadas e a cada vez mais complexa estrutura dos espaços públicos, implica que ao incorporar novos objectos a esses espaços, os mesmos sejam capazes de se integrar harmoniosamente no meio envolvente.

O tipo de mobiliário urbano seleccionado foi variadíssimo, abrangendo diferentes domínios de intervenção tais como: sinalização; segurança; iluminação; decoração; lazer; etc. colocando-se sempre como princípio de escolha, a eficiência no desempenho das funções, bem como a sua adequação cultural. No que respeita à cor escolhida para o mobiliário urbano, recaiu-se sobre o cinzento, assumindo-se nos elementos em madeira a sua cor natural. Constata-se sobre este ponto, que a escolha da cor foi determinante no enquadramento do mobiliário com a sua envolvente.

De salientar, ao nível da segurança pedonal e ordenação do trânsito, a escolha de “pilaretes” com função dissuasora sobre o estacionamento e paragem dos veículos automóveis, protegendo também a circulação e segurança pedonal.

A imagem n.º 48, retrata os actuais “pilaretes” com um desenho simples e esteticamente agradável, quase dissimulados na envolvente, reduzindo-se assim o ruído visual introduzido pela anterior solução, constituída por floreiras de betão de formas e dimensões grosseiras (representadas na imagem n.º 53).



Imagem n.º 48 e 49 – À esquerda, vista dos pilaretes colocados no Largo do Terreiro, em 2008; à direita, aspecto das floreiras do Largo do Terreiro, em 2008.

Na imagem n.º 49, pode-se apreciar o desenho das actuais floreiras colocadas no Largo do Terreiro, com função idêntica à dos “pilaretes”, dando contudo uma elevação estética no conjunto, enaltecida pela colocação de diferentes tipos de flores, consoante a estação e época do ano.

No conjunto da requalificação, o tipo de mobiliário urbano escolhido: bancos; bebedouros; papeleiras; iluminação; etc. manteve-se inalterado no seu modelo, para os vários espaços alvo de intervenção, uniformizando-se assim a solução no seu conjunto. Tendo sido no domínio da iluminação pública adoptados diferentes tipos de soluções técnicas, consoante as circunstâncias e o tipo de resultados a atingir.

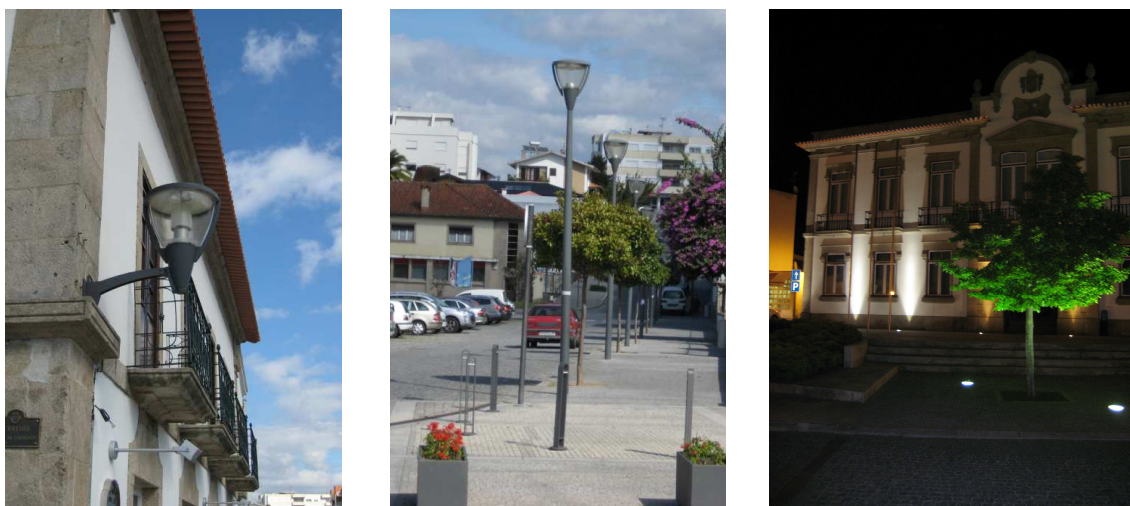


Imagem n.º 50, 51 e 52 – À esquerda, vista de uma armadura com braço, fixa a parede no Largo do Terreiro, em 2008; ao centro, aspecto de uma armadura com poste de 6 metros colocada na Praça Alto Minho, em 2008; à direita, efeito da iluminação em paredes e pavimentos na Praça do Município (fachada da Câmara Municipal), em 2008.

As imagens n.ºs 50 e 51, ilustram dois tipos de armaduras de iluminação com diferentes suportes, sendo o seu desenho similar, mantendo-se assim uma leitura uniforme do conjunto.

As soluções técnicas actualmente existentes no mercado, permitiram uma melhor qualidade e intensidade luminosa, em relação à situação anteriormente existente, com a vantagem da actual solução ser mais eficiente, reduzindo-se assim o anterior número de armaduras.

Foram utilizadas inúmeras soluções de iluminação embutidas nos pavimentos e fachadas, conseguindo-se interessantes efeitos de luz, valorizando-se sobremaneira em período nocturno, espaços e edifícios públicos, conforme se pode constatar no exemplo retratado na imagem n.º 52.



Imagem n.º 53, 54 e 55 – À esquerda, configuração dos bancos colocados no Largo do Terreiro, em 2000; ao centro, aspecto dos bancos existentes no Largo do Terreiro, em 2008; à direita, aspecto de um banco sem costas colocado no Largo do Terreiro, em 2008.

No que respeita aos bancos, foram escolhidas duas linhas diferentes, sendo uma de desenho mais tradicional e conservador, conforme retratado na imagem n.º 54, adoptado para a zona central do Largo do Terreiro, procurando desta forma não romper abruptamente com a memória visual dos antigos bancos aí existentes (conforme imagem n.º 53) e uma outra, mais moderna e inovadora, para os restantes espaços, conforme o ilustrado na imagem n.º 55, aonde também se pode ver uma papeleira, cujo desenho é idêntico por todo o Centro Histórico.

Salienta-se como princípio inerente à escolha dos modelos para os bancos, o factor determinante ser a comodidade, manutenção e durabilidade dos materiais de construção. Ao nível da sinalização e informação, optou-se pela simplicidade e descrição, sem contudo prejudicar a sua leitura e percepção.



Imagem n.º 56 e 57 – À esquerda, aspecto da sinalização de trânsito à entrada da Rua César Maldonado, em 2008; à direita, placas de informação no Largo do Terreiro, em 2008.

As imagens n.ºs 56 e 57, apresentam assim, a aparência da sinalização e informação vertical respectivamente, podendo-se constatar o propósito em reduzir na medida do possível o impacte visual negativo, que soluções deste tipo podem introduzir. Ressalvando-se neste domínio e como critérios, a cor utilizada nos postes de fixação e a qualidade estética dos painéis de informação, procurando-se sempre evitar a repetição de informação considerada prescindível, de forma a não sobrecarregar os espaços.

Foram também introduzidos com a colocação de mobiliário urbano, conceitos e hábitos até antes inexistentes, tais como, a localização de elementos que permitam a fixação e estacionamento de veículos de duas rodas, criando assim condições propícias e convidativas ao abandono do automóvel como meio único de locomoção.



Imagem n.º 58 e 59 – À esquerda, aspecto da estrutura de estacionamento para veículos de duas rodas, no Largo do Terreiro, em 2008; à direita, bebedouro no Largo 16 de Fevereiro, em 2008.

A imagem n.º 58, mostra o aspecto de uma estrutura de estacionamento, com um desenho discreto e apelativo, permitindo um enquadramento natural na envolvente.

Procurando salvaguardar o bem-estar e conforto das pessoas, foram implantados uma série de bebedouros ao longo de toda a área intervencionada, com um desenho moderno e atraente conforme o retratado na imagem n.º 59. Tal alteração, resolveu o problema existente antes das obras de requalificação, que não dispunham deste tipo de infra-estrutura, considerada básica nos dias de hoje. Pretendeu-se também, resolver a anarquia que imperava relativamente aos tubos de queda de águas pluviais dos imóveis existentes no Centro Histórico, havendo diferentes tipos de materiais, configurações e cores, sem se respeitar qualquer critério ou ordem, originando um impacte visual muito negativo nas fachadas e respectivas ruas.



Imagem n.º 60, 61 e 62 – À esquerda, aspecto da protecção de um tubo de queda de águas pluviais na Rua Queirós Ribeiro, em 2008; ao centro, marco de incêndio no Largo do Terreiro, em 2008; à direita, cabine telefónica na Praça do Município, em 2008.

A imagem n.º 60, permite perceber a forma como se corrigiu a situação, passando-se agora a dispor de protecções aos tubos de queda (com altura de dois metros) de forma, geometria e cor idênticos para todos os edifícios, garantindo-se assim uma uniformidade no conjunto. Na imagem n.º 61, percebe-se o cuidado que houve na escolha de um modelo de marco de incêndio, que se adaptasse ao cariz de um Centro Histórico, recaindo-se sobre um desenho que reproduz o antigo na zona do Largo do Terreiro, optando-se por outro modelo em zonas consideradas menos nobres. Já na imagem n.º 62, pode-se apreciar o aspecto de uma cabine telefónica de desenho moderno, contudo, perfeitamente enquadrada e relacionada com o espaço envolvente.

4.3 ANÁLISE QUANTITATIVA

O presente subcapítulo, procurando ir de encontro aos objectivos definidos, foi dividido em duas partes, a primeira, relativa à análise de custos e a segunda, às áreas de implantação.

Relativamente à primeira parte e de acordo com a metodologia de análise já descrita, elaborou-se um quadro de análise de custos (ver anexo 1), aonde se podem constatar os custos e quantidades de diferentes trabalhos relativos às obras de requalificação nas diferentes fases de intervenção, permitindo assim, ter uma ideia da grandeza de valores afectos a uma série de trabalhos, possibilitando por outro lado, a criação de uma base de dados para comparação com outras realidades ou como elemento de reflexão e estudo na tomada de futuras decisões. Da análise do quadro e de forma genérica, constata-se que a primeira fase de intervenção foi a mais onerosa, seguindo-se por ordem decrescente, a terceira e segunda fases, com os valores de 921.329,47 €, 705.946,41 € e 440.003,61 € respectivamente. Numa análise mais detalhada do quadro, relativamente aos preços unitários, apresentam-se a título de exemplo os seguintes valores:

- Arruamentos (cubo 5x5 / granito) - 68,52 €/m²
- Arruamentos e Estacionamento (cubo 11x11) - 12,64 €/m²
- Arruamentos e Estacionamento (betão betuminoso) - 10,25 €/m²
- Passeios (cubo 5x5) - 34,16 €/m²
- Passeios (lajeado de granito) - 42,50 €/m²
- Espaços Públicos (pavimentação) - 98,62 €/m²
- Muros de granito - 227,06 €/m³

Relativamente ao preço de arruamentos (cubo 5x5 / granito), convém esclarecer que o preço traduz uma pavimentação repartida entre cubo e lajeado de granito (exemplo da Rua César Maldonado – imagem n.º 21), nos restantes arruamentos e estacionamento, o preço unitário envolve a colocação de guias. O preço aparentemente reduzido de 42,50 €/m² para passeios em lajeado de granito, espelha o aproveitamento que se efectuou do antigo lajeado existente. Relativamente ao item de espaços públicos (pavimentação), o preço unitário retrata as pavimentações de espaços tais como: o Largo do Terreiro; Praça do Alto Minho; Praça do Município constituídas por uma

composição de cubo 5X5, 11X11, guias e lajeado de granito (conforme exemplo retratado nas imagens n.^{os} 17 a 20).

É também possível extrair informação detalhada, relativamente aos montantes dispendidos, com o diferente tipo de mobiliário urbano e infra-estruturas, apontando-se os seguintes (em valores globais):

- Instalações Sanitárias - 69.178,10 €
- Mobiliário Urbano - 175.299,09 €
- Iluminação Pública - 258.179,25 €
- Rede de Abastecimento de Água - 91.791,84 €
- Rede Residual - 75.800,64 €
- Rede Pluvial - 143.923,03 €

Salienta-se que o custo da instalação sanitária, diz respeito a um equipamento do tipo pré-fabricado, sendo o valor do mobiliário urbano relativo a diferentes tipos de usos, tais como: papeleiras; bebedouros; bancos; pilaretes; abrigos de passageiros; mastros; etc. O valor relativo às infra-estruturas de iluminação pública, rede de abastecimento de água, rede residual e rede pluvial, traduzem a reconstrução e/ou construção de novas redes.

A leitura e exame do quadro de análise de custos, permite enquadrar o presente estudo numa perspectiva económico/financeira, fundamental num processo de requalificação.

No que respeita à segunda parte deste subcapítulo e seguindo a metodologia já descrita, o levantamento das áreas de implantação possibilitou a criação de vários quadros (n.^{os} 1 a 5), onde se podem ver as alterações sofridas em termos de áreas e percentagem, bem como a criação de diferentes gráficos de barras (n.^{os} 1 a 5) onde, de forma mais rápida, fácil e intuitiva, se podem analisar as alterações sofridas, optando-se por não incluir nos gráficos situações que traduzissem variações nulas.

Os gráficos, foram organizados por tipo de ocupação do solo, apresentando em abcissas o valor das áreas e em ordenadas a designação dos locais de intervenção, o que possibilitou, inter-relacionando-os e analisando-os conjuntamente com as tabelas, retirar uma série de conclusões bastantes interessantes, relativamente ao fluxo de áreas e ao seu tipo de uso. De salientar, que face à extensão analisada, o erro obtido entre as medições, no antes e depois da intervenção, é de cerca de 1%, valor que se considerada

desprezável face à área abrangida. Da análise em geral e do conjunto dos quadros n.ºs 1 a 5, conclui-se uma clara diminuição das áreas de arruamentos (em cerca de 28%) e de espaços verdes (em cerca de 48%), em detrimento do aumento das áreas destinadas a estacionamento (em cerca de 23%), passeios (em cerca de 40%) e espaços públicos - pavimentação (em cerca de 93%).

Comentando em particular o tipo de uso dado aos espaços e analisando o gráfico e quadro n.º 1, podemos verificar, que nenhum dos arruamentos aumenta a sua área, sendo que, existem cinco arruamentos que a mantêm, verificando-se nos restantes uma diminuição, ocorrendo as perdas mais significativas na Rua do Forte / Praça D. Dinis, Avenida 1.º de Outubro, Praça do Alto Minho, Largo do Terreiro e Praça do Município, com perdas na ordem dos 400 a 600m² / arruamento. Todavia, a redução em percentagem mais significativa ocorreu na Travessa do Senhor dos Passos, aonde deixou de existir arruamento, seguindo-se a Praça do Município com cerca de 65% (correspondendo 596 m²) aonde a totalidade da área perdida para arruamentos foi transferida para espaços públicos/pavimentação, conforme se verifica no gráfico n.º 3 associado a leitura do quadro correspondente, passando agora a designação de praça a fazer sentido, ao contrário do que anteriormente acontecia, aonde só 73m² de área, eram destinados a espaço público/pavimentação.

Como conclusão, verifica-se que a redução de área incidiu sobretudo na diminuição da largura dos arruamentos, uma vez que em extensão da rede viária só foram eliminados 114 dos 1676 metros (conforme quadro n.º 1) anteriormente existentes, traduzindo a perda, troços eliminados.

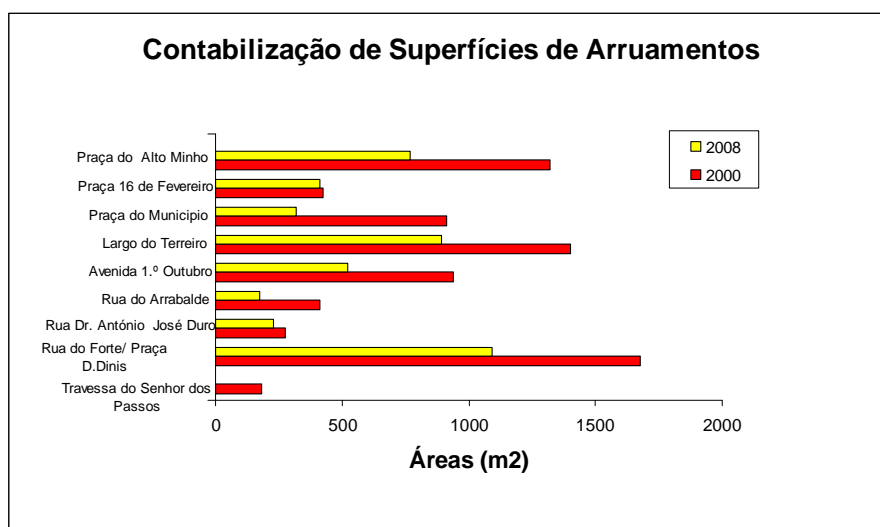


Gráfico n.º 1 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Arruamentos

ARRUAMENTOS	2000		2008		Δ
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		
	m²	ml	m²	ml	%
Praça do Alto Minho	1320	163	770	119	-42%
Praça 16 de Fevereiro	423	68	414	68	-2%
Praça do Município	913	98	317	98	-65%
Largo do Anjo	0	0	0	0	-----
Largo do Terreiro	1403	99	890	99	-37%
Avenida 1º de Outubro	940	140	521	140	-45%
Rua do Arrabalde	411	49	174	48	-58%
Rua César Maldonado	276	63	276	63	0%
Rua Costa Brava	646	83	646	83	0%
Rua Dr. António José Duro	278	50	230	50	-17%
Rua do Forte / Praça D. Dinis	1676	294	1090	256	-35%
Rua Queirós Ribeiro	981	167	981	167	0%
Rua 25 de Abril	1651	337	1651	337	0%
Travessa da Matriz	148	34	148	34	0%
Travessa do Senhor dos Passos	184	31	0	0	-100%
TOTAL	11250	1676	8108	1562	-28%

Quadro n.º 1 – Áreas e extensão de arruamentos em 2000 e 2008

No que toca aos espaços verdes e da análise do gráfico e quadro n.º 2, há uma diminuição manifesta das áreas verdes no seu total, em cerca de 48%, representando aproximadamente 1131m². Constata-se também, que à perda verificada, contribuíram unicamente as Praças 16 de Fevereiro e Alto Minho, com percentagens muito idênticas de 77% e 71% respectivamente, ainda que em termos de áreas a diferença seja muito substancial, correspondendo à Praça 16 de Fevereiro 1058m² e à Praça Alto Minho 314 m². Nos restantes locais verificaram-se aumentos em área, ainda que pouco significativos, tais como a Rua do Forte/Praça D. Dinis e Largo do Anjo, aonde antes da intervenção praticamente não existia área verde.

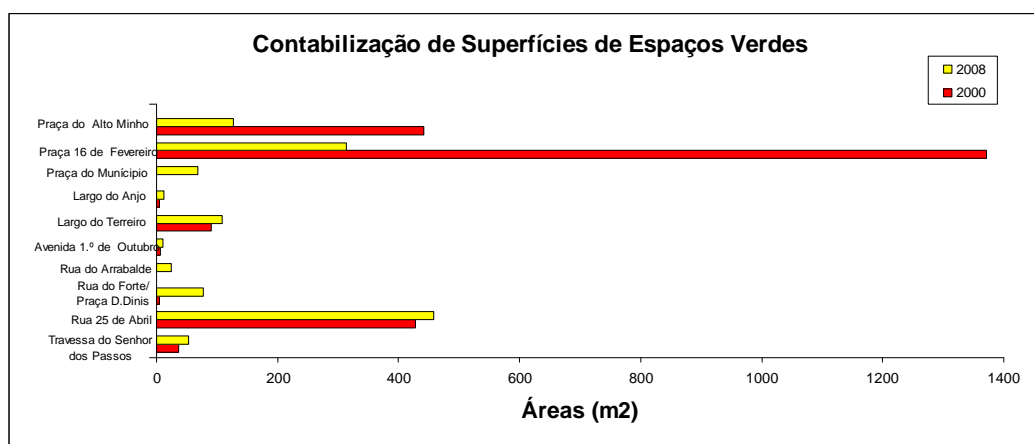


Gráfico n.º 2 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Espaços verdes

PASSEIOS	2000	2008	Δ
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	
	m ²	m ²	%
Praça do Alto Minho	441	127	-71%
Praça 16 de Fevereiro	1371	313	-77%
Praça do Município	0	68	-----
Largo do Anjo	4	12	200%
Largo do Terreiro	90	108	20%
Avenida 1.º de Outubro	6	11	83%
Rua do Arrabalde	0	24	-----
Rua César Maldonado	0	0	-----
Rua Costa Brava	0	0	-----
Rua Dr. António José Duro	0	0	-----
Rua do Forte / Praça D. Dinis	5	77	1440%
Rua Queirós Ribeiro	0	0	-----
Rua 25 de Abril	428	458	7%
Travessa da Matriz	0	0	-----
Travessa do Senhor dos Passos	36	52	44%
TOTAL	2381	1250	-48%

Quadro n.º 2 – Áreas de espaços verdes em 2000 e 2008

No Largo do Terreiro verificou-se um aumento da área de espaços verdes, ainda que de forma muito ténue. A Praça do Município e a Rua do Arrabalde são os únicos locais, onde não existindo espaços verdes em 2000, os mesmos passaram a ser uma realidade.

Analisando em pormenor as perdas referentes às duas Praças (Alto Minho e 16 de Fevereiro) e da análise dos gráficos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5, conclui-se que a Praça do Alto Minho perdeu área de espaços verdes e arruamentos, para espaço público/pavimentação, passeios e estacionamento, sendo a maior fatia transferida para os espaços públicos/pavimentação cerca de 591m² (ver quadro n.º 3). No caso da Praça 16 de Fevereiro, a perda de área de espaços verdes migra na sua totalidade para os mesmos espaços da Praça Alto Minho, contudo, aqui o maior fluxo dá-se para o estacionamento com cerca de 700m² (ver quadro n.º 5).

Os gráficos traduzem deste modo, a necessidade de renovar e ampliar as áreas destinadas a espaços públicos/pavimentação, passeios e estacionamento, no caso da Praça do Alto Minho como prolongamento do Largo do Terreiro, foi-lhe conferido esse estatuto e no caso da Praça 16 de Fevereiro, foi resolvido um problema premente de estacionamento em detrimento do antigo jardim aí existente muito degradado, cujo desaparecimento contribui na sua totalidade, para a grande redução de espaços verdes verificada.

Analisando os espaços públicos/pavimentação e mais concretamente o gráfico e quadro n.º 3, verifica-se que o seu crescimento no conjunto, foi o maior em percentagem e área, com 2805m² ganhos, constatando-se uma única diminuição no Largo do Anjo, ainda que desprezável, na ordem dos 4m², bem como aumentos nos restantes espaços, não se traduzindo qualquer variação na Travessa do Senhor dos Passos, uma vez que no ano de 2000 (referência) era inexistente este tipo de ocupação.

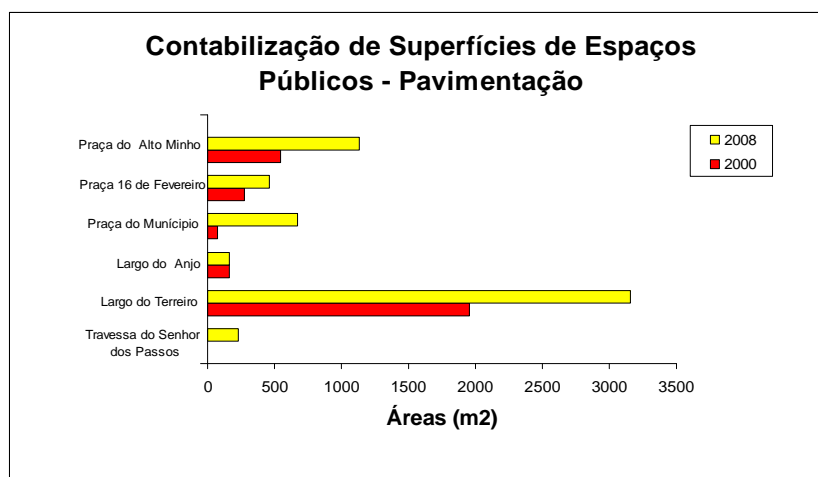


Gráfico n.º 3 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Espaços públicos / pavimentação

ESPAÇOS PÚBLICOS - PAVIMENTAÇÃO	2000	2008	Δ
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	
	m ²	m ²	%
Praça do Alto Minho	542	1133	109%
Praça 16 de Fevereiro	278	466	68%
Praça do Município	73	669	816%
Largo do Anjo	165	161	-2%
Largo do Terreiro	1957	3157	61%
Avenida 1º de Outubro	0	0	-----
Rua do Arrabalde	0	0	-----
Rua César Maldonado	0	0	-----
Rua Costa Brava	0	0	-----
Rua Dr. António José Duro	0	0	-----
Rua do Forte / Praça D. Dinis	0	0	-----
Rua Queirós Ribeiro	0	0	-----
Rua 25 de Abril	0	0	-----
Travessa da Matriz	0	0	-----
Travessa do Senhor dos Passos	0	234	-----
TOTAL	3015	5820	93%

Quadro n.º 3 – Áreas de espaços públicos / pavimentação em 2000 e 2008

Conclui-se portanto, que o maior aumento de área se dá no Largo do Terreiro, com 1200m² conquistados aos anteriores arruamentos (mais largos) e ao estacionamento, que deixou de existir.

No que respeita aos passeios e da análise do gráfico e quadro n.º 4, verifica-se um aumento generalizado em todos os locais, à excepção da Travessa do Senhor dos Passos, que substitui o antigo arruamento e passeios, num espaço público/pavimentação.

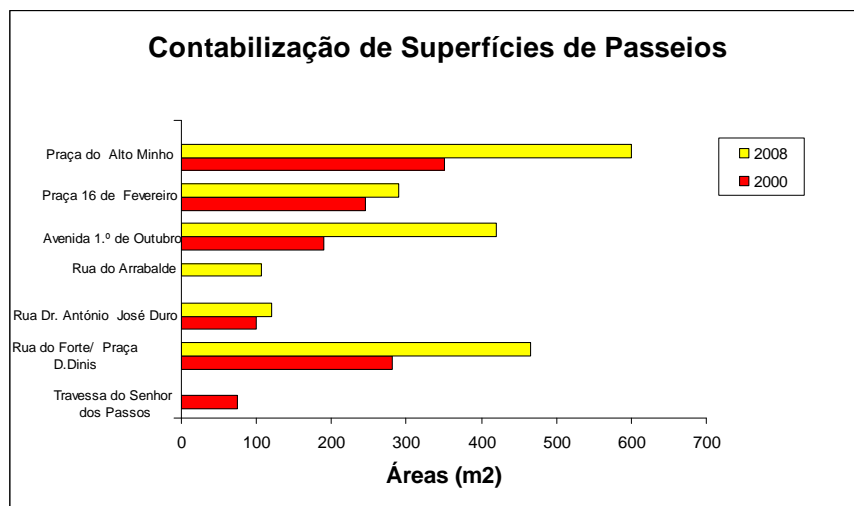


Gráfico n.º 4 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Passeios

PASSEIOS	2000	2008	Δ
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	
	m²	m²	%
Praça do Alto Minho	350	600	71%
Praça 16 de Fevereiro	245	290	18%
Praça do Município	0	0	-----
Largo do Anjo	0	0	-----
Largo do Terreiro	0	0	-----
Avenida 1º de Outubro	190	420	121%
Rua do Arrabalde	0	107	-----
Rua César Maldonado	0	0	-----
Rua Costa Brava	0	0	-----
Rua Dr. António José Duro	100	120	20%
Rua do Forte / Praça D. Dinis	282	466	65%
Rua Queirós Ribeiro	0	0	-----
Rua 25 de Abril	660	660	0%
Travessa da Matriz	0	0	-----
Travessa do Senhor dos Passos	75	0	-100%
TOTAL	1902	2663	40%

Quadro n.º 4 – Áreas de passeios em 2000 e 2008

Torna-se também claro, um aumento significativo em termos percentuais da Avenida 1º de Outubro, correspondendo-lhe uma área de 230m², ganha ao estreitamento do antigo arruamento, conforme se constata na quebra sofrida em arruamentos (ver gráfico n.º1).

O item passeios, representa o segundo maior crescimento em área e percentagem

na requalificação estudada, traduzindo-se num aumento em área de 761 m².

Ao nível do estacionamento e da análise do gráfico e quadro n.º 5, verificou-se um aumento de áreas no global de cerca de 553m² (representando 23%), traduzindo-se num ganho real de 21 lugares de estacionamento, com 7 destinados a pessoas com mobilidade condicionada. As perdas de estacionamento situam-se no Largo do Terreiro, Praça do Município e Rua 25 de Abril, traduzindo-se a perda do Largo do Terreiro em 100%, deixando portanto de existir estacionamento nesta zona.

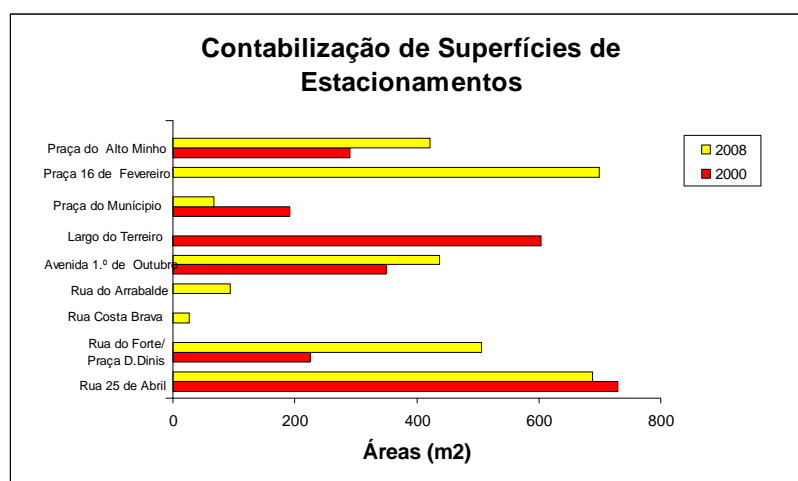


Gráfico n.º 5 – Comparação das superfícies entre 2000 e 2008 – Estacionamento

ESTACIONAMENTOS	2000		2008		Δ
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		
	m²	un.	m²	un.	%
Praça do Alto Minho	290	24	422	24	46%
Praça 16 de Fevereiro	0	0	700	30	----
Praça do Município	191	15	67	5	-65%
Largo do Anjo	0	0	0	0	----
Largo do Terreiro	604	33	0	0	-100%
Avenida 1º de Outubro	350	28	438	35	25%
Rua do Arrabalde	0	0	95	9	----
Rua César Maldonado	0	0	0	0	----
Rua Costa Brava	0	0	27	2	----
Rua Dr. António José Duro	0	0	0	0	----
Rua do Forte / Praça D. Dinis	225	18	506	38	125%
Rua Queirós Ribeiro	0	0	0	0	----
Rua 25 de Abril	730	59	688	55	-6%
Travessa da Matriz	0	0	0	0	----
Travessa do Senhor dos Passos	0	0	0	0	----
TOTAL	2390	177	2943	198	23%

Quadro n.º 5 – Áreas e número de lugares de estacionamento em 2000 e 2008

Os maiores incrementos ocorreram na Praça 16 de Fevereiro e na Rua do Forte/Praça D. Dinis, sendo que na Praça 16 de Fevereiro não existia anteriormente estacionamento, passando-se a dispor de 700m² (cerca de 30 lugares). Na Rua do Forte/Praça D. Dinis, o actual aumento visou cobrir uma área marcadamente comercial, ganhando-se parte da área, antigamente consagrada a arruamentos conforme se constata no gráfico n.º 1.

4.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Tendo como fonte o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira (PPSCHVNC) e segundo a metodologia de análise referida no subcapítulo 1.2, foi extraído o gráfico n.º 6, que servirá de referência para comparar com o realidade actualmente existente, seleccionando-se para o efeito as cinco áreas com maior percentagem, ao nível dos anseios da população: organização do trânsito (18,60%); diversificar e dinamizar o comércio (17,80%); aumentar o policiamento (12,40%); melhorar espaços públicos e espaços verdes (11,60%) e animar o Centro Histórico (10,90%).

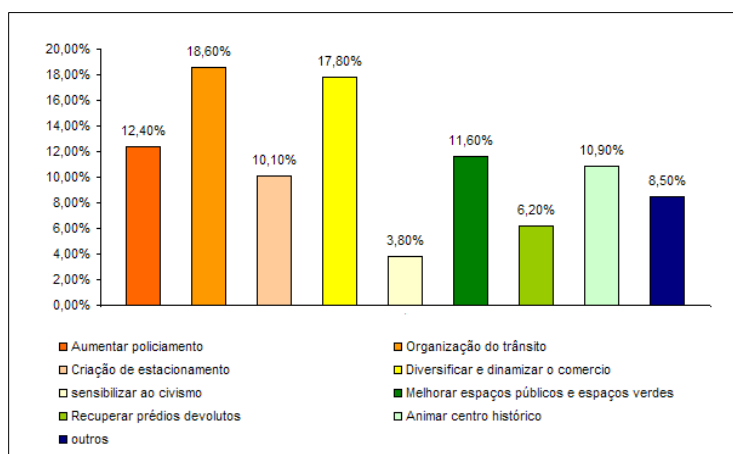


Gráfico n.º 6 – Sectores de intervenção no Centro Histórico, segundo a opinião dos inquiridos (Fonte: PPSCHVNC - Fichas de caracterização sócio-económica e de habitabilidade).

A escolha de cinco sectores para análise, prende-se naturalmente com questões de operacionalidade temporal. Relativamente ao sector afecto ao comércio, foi também possível extrair da mesma fonte o gráfico n.º 7, que retrata (à data da sua elaboração, 2005) o uso dos edifícios em função do comércio.

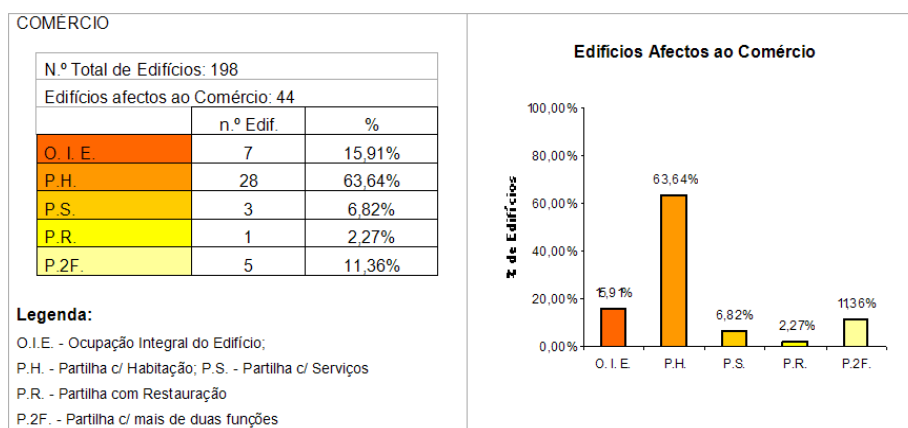


Gráfico n.º 7 – Partilha do comércio com outros tipos de uso no edifício (Fonte: PPSCHVNC - funções/ usos existentes).

Da leitura do gráfico n.º 6, pode-se concluir que a população residente no Centro Histórico, pretendia ver implementado um conjunto de medidas que favorecesse o bem estar de quem lá passa, vive ou trabalha.

Havendo, a necessidade de obter elementos que representassem a situação actual do comércio e de acordo com a metodologia de análise já descrita (inquérito porta a porta), foi possível elaborar o gráfico n.º 8, que compara a situação actual relativamente aos edifícios afectos ao comércio (barras a amarelo), com a situação anteriormente existente (barras a laranja - valores extraídos do gráfico n.º 7).

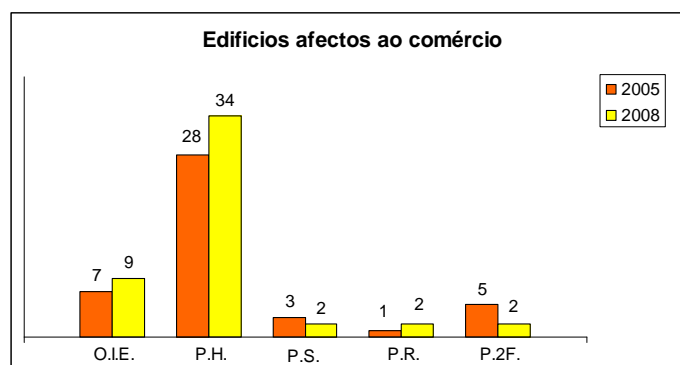


Gráfico n.º 8 – Comparação da partilha do comércio com outros tipos de uso no edifício, entre 2005 e 2008.

No caso do policiamento, tentou-se obter junto das autoridades competentes (GNR), elementos que permitissem concluir acerca do número de efectivos, sem contudo ter sido possível obter qualquer resultado. Face ao exposto, tentou-se colher a opinião junto da população acerca do número de agentes, esta pesquisa incidiu sobretudo em taxistas e comerciantes locais, sendo unânime no conjunto, o sentimento de redução do número de efectivos para cerca de metade, de 2000 para 2008.

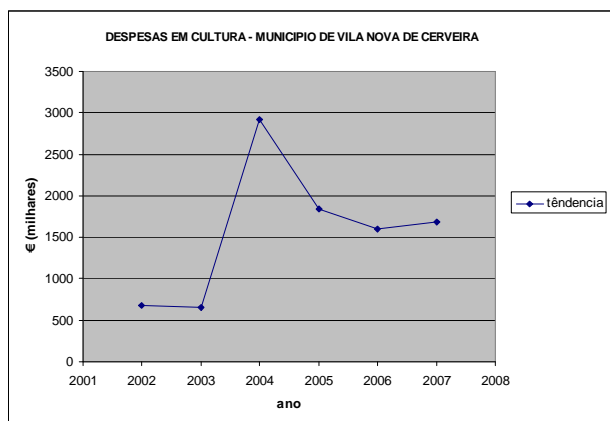


Gráfico n.º 9 – Variação do valor da despesa com cultura ao longo dos anos (Fonte: INE).

Relativamente à animação do Centro Histórico e de acordo com a metodologia de análise já explanada, foi possível, com base nos dados disponíveis (recolhidos através da internet) no Instituto Nacional de Estatística (INE), elaborar o gráfico n.º 9, que representa a evolução da despesa ao longo de 6 anos, desde 2002 a 2007. Sendo que, os valores representam várias componentes de despesa a saber: Património; Publicações e Literatura; Música; Artes Cénicas; Actividades Sócio-Culturais; Recintos Culturais; Jogos e Desportos.

4.5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste subcapítulo, procura-se debater e retirar conclusões relativamente aos resultados obtidos com a requalificação do Centro Histórico.

Ao nível da análise qualitativa pode-se afirmar, que a requalificação conseguiu racionalizar a circulação automóvel e pedonal, conferindo espaço de circulação a ambos, regulando a convivência de forma ordeira e segura entre peões e automóveis. O peão passou a dispor de passeios amplos e suficientes, sendo conferidos traçados mais adequados ao tráfego motorizado, permitindo que a circulação do mesmo seja mais fácil e segura, facto para o que também contribuiu a importância dada à nova localização e número de estacionamento, tornando-se o mesmo mais ordenado e disciplinado.

Ao nível das praças e seu espaço de permanência e circulação, verificaram-se novas áreas, mais amplas e agradáveis, nomeadamente com a redefinição dos espaços verdes, introdução de fontes com jogos de água, nova iluminação pública e colocação de mobiliário urbano mais moderno, dando-se um claro ênfase à qualidade e usufruto da

praça pelas pessoas. Relativamente às infra-estruturas, convém enfatizar a relevância das mesmas, que por questões óbvias passam muitas vezes despercebidas, tendo a requalificação colocado, substituído e/ou modernizado, redes de águas prediais, residuais, pluviais, combate a incêndio, telecomunicações e electricidade. De notar, que apesar de serem transformações pouco visíveis, a sua importância é vital à qualidade de vida e segurança das pessoas e seus bens, designadamente no caso extremo de incêndios e inundações, podendo-se apontar casos menos graves como falta de água, mas com implicações muito fortes nomeadamente no sector da restauração.

É pois, bem clara, a transformação qualitativa operada em comparação com o que existia em 2000, ficando hoje bem patente um traço de urbanidade, em perfeita sintonia com os valores históricos e arquitectónicos que o espaço estudado encerra.

Ao nível da análise quantitativa, relativamente à análise de custos e de acordo com a leitura do quadro do anexo 1, pode-se perceber em pormenor, qual o custo unitário de diferentes conjuntos de trabalhos relativos à requalificação efectuada. Os preços reflectem o custo dos trabalhos, diluídos ao longo de diferentes empreitadas e em distintos espaços temporais.

Da análise dos custos unitários e das considerações efectuadas acerca dos mesmos no subcapítulo 4.3, verifica-se que os valores obtidos, estão em consonância com actuais valores de mercado, contudo, a escassa bibliografia existente para situações idênticas, não permite uma comparação cabal de modo a poder enquadrar os custos aferidos, numa lógica de racionalidade financeira, comparativamente com outras realidades. Todavia, os montantes envolvidos com a colocação de mobiliário urbano, fontes, instalação sanitária, etc. permitem através do senso comum, perceber o esforço financeiro que a este nível foi aplicado.

No que respeita à análise quantitativa em termos de áreas de implantação e tendo já sido no subcapítulo 4.3 analisadas e comparadas pormenorizadamente as realidades entre 2000 e 2008, convirá agora fazer uma síntese.

Da análise efectuada, pode-se concluir a perda substancial de área de arruamentos, em grande parte devido à redução da largura do seu perfil, dando predominância e maior importância à mobilidade do peão quer em espaços públicos/pavimentação quer em passeios, aumentando as áreas já existentes e/ou criando novas áreas. Ao nível do estacionamento constatou-se um aumento, verificando-se ao mesmo tempo a sua eliminação das zonas mais nobres do Centro Histórico, como o Largo do Terreiro e consequente transferência para outros espaços com menos

relevância a nível urbanística. Ao nível dos espaços verdes, o seu decréscimo foi fundamental para a criação de novos usos, absolutamente fundamentais à melhoria da qualidade da circulação e permanência, quer automóvel quer pedonal. A situação actual retratada, não permite contudo afirmar ou concluir, que se esteja perante um défice de espaços verdes, uma vez que aproximadamente 15% da área afecta a espaço público/pavimentação e passeios é ocupada por área verde, sendo a mesma disseminada em caldeiras, pequenos e médios jardins.

A presente leitura aponta portanto na mesma direcção do constatado na análise qualitativa, sendo os dados esclarecedores quanto às linhas orientadoras da requalificação, mais e melhor espaço às pessoas, restringindo a área de circulação automóvel, aumentando contudo a mobilidade, com a criação e melhor localização do estacionamento. Todavia, o jogo de áreas necessário a compatibilização destes factores, obrigou a uma diminuição do espaço verde, que se restringiu quase que na exclusividade a zonas até antes muito degradadas, aonde a permanência de pessoas era residual, face à sua localização junto à estrada nacional (EN 13) e afastada da zona comercial. Não se podendo contudo afirmar, que a requalificação tenha falta de espaços verdes, as suas dimensões, localização e desenho contrariam-no claramente (conforme o retratado nas imagens do subcapítulo 4.2.6).

Ao nível da análise da participação pública, comentam-se as cinco áreas seleccionadas com um maior peso de participação pública. Na organização do trânsito (com 18,60%) verifica-se, de acordo com a leitura já feita na análise qualitativa, que a mesma foi inteiramente conseguida, existindo hoje ruas perfeitamente delimitadas, aonde o trânsito fluiu com simplicidade, não havendo lugar à confusão e anarquia que em 2000 se verificava, com inúmeros pontos críticos, sobretudo nas confluências de ruas e relação das mesmas com o estacionamento e tráfego pedonal, muitas vezes sem passeios, o que originava uma perturbação no escoamento e circulação do trânsito.

Relativamente à diversificação e animação do comércio (com 17,80%), a mesma é evidente, uma vez que o investimento público efectuado na requalificação, originou um investimento da parte privada, verificando-se obras de melhoria em estabelecimentos existentes ou mesmo construção de novos espaços afectos à actividade comercial. No gráfico n.º 8, pode-se constatar um aumento do número de edifícios afectos ao comércio, passando o seu valor de 44 para 49, sendo o crescimento mais significativo nos edifícios que partilham o uso com habitação. Só se verificando uma diminuição nos edifícios de partilha com serviços e com mais de duas funções, não

prejudicando contudo, o aumento no global. Pode-se pois afirmar, que a requalificação potenciou a dinamização do comércio, quer em número quer em qualidade, algo que muito dificilmente poderia ser expectável sem a realização da obra pública.

Ao nível do aumento do policiamento (com 12,40%), as conclusões baseiam-se num sentimento popular, pelas razões já apontadas, sendo consentânea a ideia de que o policiamento no que diz respeito ao número de efectivos diminuiu. Esta é uma percepção geral do senso comum, o cada vez menor policiamento das ruas, porém o sentimento de perda, em cerca de metade dos efectivos, apontado pela população é naturalmente empírico, não havendo dados que suportem esta relação.

No que se refere à melhoria dos espaços públicos e espaços verdes (com 11,60%), a análise qualitativa é esclarecedora quanto às transformações ocorridas e à evidente melhoria dos espaços públicos e espaços verdes em contraponto ao existente em 2000, pelo que se julga pertinente afirmar, que a requalificação efectuada foi ao encontro daquilo que eram as reais expectativas da população.

Relativamente à animação do Centro Histórico (com 10,90%), é possível do ponto de vista qualitativo concluir, que o mesmo dispõe agora de condições mais propícias à permanência e usufruto do seu espaço, podendo as mesmas ser potenciadas com iniciativas culturais que a autarquia efectue nomeadamente no período de Verão. Por outro lado e segundo uma análise quantitativa, o gráfico n.º 9 é esclarecedor quanto à evolução da despesa efectuada pelo município ao longo dos anos, verificando-se que não sendo o aumento constante e linear, é clara a importância dada à actividade cultural, da qual uma parte importante está relacionada com a promoção de eventos culturais, tendo muitas destas iniciativas, o mérito de atrair grande quantidade de pessoas, nomeadamente com a realização de concertos, cinema ao ar livre, festas tradicionais, teatro, etc., que naturalmente contribuem para a dinamização do tecido comercial.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

5.1 CONCLUSÕES GERAIS

No âmbito do presente estudo, o Centro Histórico surge enquadrado e analisado segundo factores qualitativos, quantitativos e de participação pública. A qualidade destes espaços públicos é pois, dependente de vários factores, designadamente espaciais, funcionais, culturais, entre outros, os quais interferem de forma indelével com a qualidade de vida das pessoas, sobretudo daquelas que são parte integrante do meio aonde se inserem. É imperativo, que este tipo de espaço público enquanto alvo de uma acção de requalificação, satisfaça na plenitude as necessidades e anseios da população. Deve também, permitir a fixação de pessoas, consequente variedade e multiplicidade de funções, actividades adstritas à vida e desenvolvimento de um Centro Histórico, enquanto realidade viva.

O sucesso deste tipo de operações de requalificação, é um processo gradual e evolutivo, em que o factor catalisador de uma dinâmica de intervenção, depende fortemente das políticas municipais, fundamentais na prossecução e garantia da qualidade destes espaços.

O contexto, da presente dissertação visou avaliar a qualidade da requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira, analisando aspectos qualitativos e quantitativos, procurando-se também perceber, em que medida as expectativas e anseios expressos pelos habitantes foram ou não assimilados no processo interventivo. Assim, a nível qualitativo foram analisadas uma série de características desde o tráfego e pavimentações, até espaços verdes e mobiliário urbano, sendo que a avaliação teve por base a comparação com a realidade existente antes das obras de requalificação. Concluiu-se deste modo, acerca da melhoria substancial em todos os aspectos analisados, surgindo como aspectos mais significativos e emblemáticos, a racionalização da circulação automóvel e pedonal com a correspondente ordenação do estacionamento. Os espaços públicos tornaram-se mais amplos e agradáveis, designadamente com a introdução de novos e modernos espaços verdes, fontes, mobiliário urbano, iluminação pública, entre outros que permitiram um novo e mais prazenteiro usufruto dos espaços. Aspecto digno de especial destaque, foi a constatação

de uma sintonia com aquilo que são os valores históricos, arquitectónicos e culturais do espaço estudado.

No que respeita à análise quantitativa e tendo por base o quadro de análise de custos elaborado (anexo 1), a falta de dados comparativos não permitiu retirar conclusões definitivas acerca da racionalidade financeira em relação aos trabalhos realizados, comparativamente com outras requalificações de Centros Históricos, sendo que, os custos unitários obtidos se revelam coerentes e consentâneos com os actuais valores de mercado. Todavia, como forma de aferição com dados fidedignos, pode-se referir a título de exemplo, o custo de 113,62 €/m² para aplicação de granito cinza claro (Manso, 1997), que se poderá comparar com o trabalho de espaços públicos – pavimentação, com o valor de 98,62 €/m², sendo que este trabalho, inclui aplicação de lajeado de granito/guias alternado com pavimentação em cubo, explicando-se assim o valor consideravelmente menor. A presente comparação, é pois um mero exercício académico, uma vez que os trabalhos são consideravelmente distintos na sua composição.

O quadro elaborado tem o intuito de colmatar a lacuna que actualmente existe ao nível destas problemáticas, proporcionando uma base de dados que espelha uma realidade actual, constituindo-se assim como elemento de estudo e análise, na comparação e tomada de decisões futuras.

Relativamente à análise quantitativa em termos de áreas de implantação, foram contabilizados: arruamentos, espaços verdes, espaços públicos / pavimentação, passeios e estacionamento, traduzindo as realidades existentes em 2000 e 2008. Tal metodologia, permitiu perceber com rigor, as variações das superfícies decorrentes das obras de requalificação. De uma forma breve e sucinta, apresentam-se globalmente as percentagens obtidas para cada um dos itens em estudo:

- Arruamentos: - 28%
- Espaços verdes: - 48%
- Estacionamentos: + 23%
- Passeios: + 40%
- Espaços públicos / pavimentação: + 93%

A análise dos valores aponta no sentido das conclusões da análise qualitativa, (racionalização da circulação automóvel e pedonal com a ordenação do estacionamento)

conforme se constata pelas variações das áreas de arruamentos, estacionamento e passeios.

O maior acréscimo verificado, de 93% em espaços públicos / pavimentação, é perfeitamente esclarecedor da dimensão da requalificação, apontando também este valor na direcção da análise qualitativa (espaços públicos mais amplos). O maior decréscimo verificado, de 48% nos espaços verdes, traduz a necessidade que existia em transferir parte desta área para outros locais, aonde o crescimento se revelava mais crucial. Porém, numa análise mais aprofundada, verifica-se que a perda de área de espaços verdes se restringiu quase que na totalidade, a áreas até antes bastante degradadas, cuja localização e dimensão não propiciava este tipo de espaço ou ocupação. É claro, que apesar da substancial diminuição, em cerca de metade, a mesma não se revela sintomática numa análise qualitativa (redefinição dos espaços verdes), não se denotando qualquer sentimento de perda, o que evidencia a preocupação e qualidade com que este tipo de espaços foi tratado.

No que concerne à análise da participação pública e tendo em conta aquilo que eram os principais anseios da população, foi possível perceber, que eram as questões de segurança, organização do tráfego, espaços públicos, dinamização da actividade comercial e cultural que preocupavam os habitantes do Centro Histórico. Pelo que se apresentam os sectores de intervenção com maior peso, segundo opinião dos inquiridos:

- Organização do trânsito: 18,60%
- Diversificação e dinamização do comércio: 17,80%
- Aumento do policiamento: 12,40%
- Melhoria dos espaços públicos e espaços verdes: 11,60%
- Animação do Centro Histórico: 10,90%

Da leitura dos valores em correlação com as análises qualitativa e quantitativa, é possível perceber, que as obras de requalificação responderam de forma clara àquilo que eram as intenções da população residente, relativamente à organização do trânsito, melhoria dos espaços públicos e espaços verdes. Em relação à dinamização do comércio e não obstante a percepção do investimento particular na melhoria dos estabelecimentos, foi possível constatar, através da análise do gráfico n.º 8, um aumento efectivo do número de edifícios afectos à actividade comercial, verificando-se também neste domínio, uma sintonia, relativamente àquilo que era a pretensão dos habitantes.

Semelhante conclusão se poderá retirar da animação do Centro Histórico, função da leitura do gráfico n.º 9, aonde se denota um aumento significativo, ainda que não sendo constante é sintomático da evolução da despesa com a cultura a par das obras de requalificação, sendo que, do ponto de vista qualitativo, se compreende que hoje as condições são mais propícias e convidativas à permanência, usufruto dos espaços e consequentemente à sua animação. Relativamente ao aumento do policiamento, conclui-se que esta foi a única área da participação pública (estudada) em que o sentimento da população não foi concretizado. Contudo, o decréscimo no número de efectivos policiais, baseia-se (pelas razões já explanadas) num sentimento popular, que evidencia uma perda significativa.

Face ao mencionado, conclui-se que as transformações efectuadas satisfazem de um modo geral, aquilo que eram as exigências dos seus habitantes, constituindo-se os novos espaços públicos como factores de dinamização e diversificação da actividade económica e cultural, propiciando melhores e diferentes condições de fruição dos espaços por parte das pessoas, com condições de circulação e mobilidade conducentes com as actuais exigências sociais. Tais alterações, conseguiram a renovação de espaços e conceitos que já não serviam condignamente as necessidades e anseios de ordem social, cultural e económica de uma comunidade cada vez mais exigente e heterogénea na sua composição, sem contudo destruir os valores e referências identitárias do passado que um Centro Histórico encerra.

A transformação verificada, vai de encontro à opinião de Peixoto (2003) descrita no subcapítulo 2.3, que defende uma política de requalificação que aposte no desenvolvimento de lugares de urbanidade, que propiciem a reflexividade e a emergência de novos valores e sociabilidades. Posição idêntica é tomada por Vinuesa (2005), relatada no subcapítulo 2.4, esclarecendo que a revitalização de funções e a melhoria da qualidade de vida das populações, deverão constituir prioridades ao nível do planeamento. Salienta-se neste domínio, a posição de Silva (2005) esplanada no subcapítulo 2.5, aonde afirma, que nos Centros Históricos tem que ser mantida ou desenvolvida a diversificação funcional, que desde sempre está na sua essência.

Conclui-se, que a opinião de Fortuna (2006) e de Sacadura (2005) no subcapítulo 2.5, foi inteiramente assimilada no que respeita ao envolvimento da participação pública na estratégia de planeamento da requalificação. Ainda, segundo Sacadura, é necessária uma atenção especial aos elementos urbanos, projectando espaços públicos de qualidade, aptos a dar um aspecto harmonioso à diversidade

funcional que o espaço urbano contempla. Tal posição traduz de forma cabal, o princípio de intervenção empregue na requalificação estudada.

No que respeita às conclusões, relativas à manifesta melhoria das condições de circulação automóvel e pedonal, verificou-se um claro alinhamento com a inquietação de Portas (1983), traduzida no subcapítulo 2.5, referindo que os carros prejudicam os peões e que o estacionamento não chega.

A preocupação com as questões de acessibilidade e mobilidade no processo de requalificação, dotando os espaços de condições propícias a uma utilização o mais abrangente possível, enquadram-se com a opinião de Portas (2003) exposta no subcapítulo 2.6, referindo a este propósito, que uma das prioridades das políticas urbanas, deverá ser, promover condições de mobilidade e melhoria da acessibilidade. Verificando-se também a este nível, uma completa sintonia da operação de requalificação com as ideias do autor.

Por fim, considero que os objectivos propostos no âmbito deste estudo foram totalmente atingidos, no que se refere à criação de uma metodologia de avaliação acerca da requalificação de Centros Históricos, estabelecendo critérios de análise qualitativa, quantitativa e de participação pública, concluindo-se com base nos mesmos, acerca da avaliação da requalificação urbanística no Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO

Como elemento primordial de toda a base de trabalho, a recolha de informação deverá ter sempre como propósito uma base de dados fidedigna, de modo a reproduzir o mais fielmente possível a situação em estudo, minorando assim, o efeito de possíveis interpretações ou ilações erróneas que podem comprometer ou falsear os resultados. Uma outra particularidade fundamental, que deverá sempre integrar um projecto de intervenção, é a participação pública. Esta, nunca deverá ser descurada, por forma a permitir antecipar as opiniões dos habitantes e utilizadores dos espaços a intervir, uma vez que os mesmos são fundamentais à preservação dos valores históricos e patrimoniais intrínsecos a um Centro Histórico.

Para futuras situações que envolvam estudos deste género, será conveniente, de forma a uniformizar critérios e facilitar possíveis comparações, que sejam utilizados os mesmos elementos de análise. Como aspecto de especial destaque, refere-se o quadro de

análise de custos, que função da sua especificidade, só servirá como comparação eficaz com outras realidades, se na elaboração de novos quadros for usada a mesma metodologia.

As recomendações efectuadas, com base na experiência deste estudo, visam um apoio e consciencialização à requalificação de espaços públicos inseridos num Centro Histórico. Porém, tais recomendações só são válidas, se ao nível dos poderes públicos, centrais ou locais, houver uma estratégia orientadora e planos de acção que promovam a requalificação de uma série de espaços, que ainda hoje se defrontam com o abandono e a degradação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, J. “Cor, espaços públicos, o moderno e a cidade histórica” – *in* COELHO, A. B. (2005) - Humanização e Vitalização do Espaço Público. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- ALVES, F. M. B. (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- BRAGA, P. M. (2008) – Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador: Património Cultural, Turismo e Participação Social (Tese de Mestrado). Campinas: Universidade Católica de Campinas.
- CAETANO, L. (1999) – Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos Urbanos. O exemplo de Zaragoza. Cadernos de Geografia n.º 18. Coimbra: IEG.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA (2001) – Requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira 1ª Fase – Processo da Empreitada. Vila Nova de Cerveira.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA (2002) – Requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira 2ª Fase – Processo da Empreitada. Vila Nova de Cerveira.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA (2004) – Requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira 3ª Fase – Processo da Empreitada. Vila Nova de Cerveira.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA (2005) – Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira. Vila Nova de Cerveira.

- CUNHA, L. “A praça urbana na contemporaneidade” – *in* TEIXEIRA M. C. (2001) – A Praça na Cidade Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte.

- FORTUNA, C. “Destradicionalização e imagem da cidade – o caso de Évora” – *in* FORTUNA C. (1997) – Cidade, Cultura e Globalização. Oeiras: Celta.

- FORTUNA, C. (2006) – Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra. Oficina do Centro de Estudos Sociais, 254.

- LAMAS, J. M. R. G. (1993) – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

- LÔBO, M. S. “Cultura Urbana e Território” – *in* BECKER, A.; TOSTÕES, A.; WANG, W. (1998) – Arquitectura do século XX. München: Deutsches Architektur – Museum Prestel.

- MANSO, A. C.; FONSECA M. S.; ESPADA J. C. (1997) – Informação Sobre Custos: Fichas de Rendimentos. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- PEIXOTO, P. (2003) “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades” - *in* colóquio A cidade entre projectos e políticas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho, at <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>.

- PEREIRA, P. “(Re)trabalhar o Passado - Intervenção no Património Edificado” – *in* BECKER, A.; TOSTÕES, A.; WANG, W. (1998) – Arquitectura do século XX. München: Deutsches Architektur – Museum Prestel.

- PORTAS, N. (1983) – Conservar renovando ou recuperar revitalizando. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

- PORTAS, N. *et al.* (2003) – Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- REVILLA, M. (2003) – "Valor y uso del patrimonio arquitectónico monumental: la función estética", Actas del I Congreso Internacional sobre el Desarrollo Turístico Integral de Ciudades Monumentales, Turismo de Granada.
- SACADURA, F. C. "A cidade, os cidadãos e o espaço público" – *in* COELHO, A. B. (2005) - Humanização e Vitalização do Espaço Público. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- SALGUEIRO, T. B. (1992) – A cidade em Portugal: Uma geografia Urbana. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, A. C. "A Gestão – Factor de Sustentabilidade dos Centros Históricos" – *in* Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais (2005) – II Fórum Ibérico Sobre Centros Históricos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais / Departamento de Cultura.
- SIMÕES, S.; ALBUQUERQUE A. P. "As Políticas de Intervenção na Zona Histórica" – *in* Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais (2005) – II Fórum Ibérico Sobre Centros Históricos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais / Departamento de Cultura.
- VINUESA, M. A. T. "Centro Histórico, Recuperación Urbana y Turismo" – *in* Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais (2005) – II Fórum Ibérico Sobre Centros Históricos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais / Departamento de Cultura.
- LAMAS, J. *et al.* (2007) – A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público I Continente. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

SÍTIOS

http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Patrimonio/S_Patrimonio/Centros_Historicos.htm

<http://www.cm-vncerveira.pt>

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001129&seleTab=tab2

<http://www.infopedia.pt>

http://www.wikipedia.org/wiki/focus_groups

ANEXO 1

QUADRO DE ANÁLISE DE CUSTOS

TRABALHOS EXECUTADOS		1º FASE - 921.329,47 €					2º FASE - 440.003,61 €		3º FASE - 705.946,41 €							TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	
		Requalificação Urbanística da Sede do Concelho - Requalificação do Centro Histórico - 1.ª Fase - Largo do Terreiro, Rua Queiroz Ribeiro, Rua César Maldonado, Travessa da Matriz e Travessa do Senhor dos Passos		Requalificação Urbanística da Sede do Concelho (Centro Histórico) - 1.ª Fase - Rua Queiroz Ribeiro	Requalificação Urbanística da Sede do Concelho (Centro Histórico) - 1ª Fase - Largo do Terreiro, Rua César Maldonado, Travessa da Matriz		Requalificação Urbanística da Sede do Concelho (Centro Histórico) - 1ª Fase - Rua Costa Brava	Requalificação do Centro Histórico - 2.ª Fase - Praça do Alto Minho	Requalificação do Centro Histórico - 2.ª Fase - Avenida 1.º de Outubro	Requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira - 3ª Fase				Requalificação do Centro Histórico de Vila Nova de Cerveira - 3ª Fase - Instalações Sanitárias para Deficientes e Fonte da Vila	Fornecimento e Instalação de Contentor Hidráulico do Tipo ECOTAINER - B3			
		Rua Queiroz Ribeiro	Largo do Terreiro, Travessa da Matriz e Travessa do Senhor dos Passos	Rua Queiroz Ribeiro	Largo do Terreiro e Travessa da Matriz	Rua César Maldonado e Rua Costa Brava	Rua Costa Brava	Praça do Alto Minho	Avenida 1.º de Outubro	Praça do Município	Rua 25 de Abril	Largo do Anjo	Largo 16 de Fevereiro	Rua do Forte/Praça D Dinis	Fonte da Vila			Ecotainer (Rua do Cais, Rua Costa Brava, Largo do Anjo)
Diversos (Trabalhos preparatórios)	vg Preço	1.246,99 €			1.745,80 €		-	3.064,46 €		8.135,77 €					2.000,00 €		16.193,02 €	
Arruamentos (Cubo 5x5 / Granito)	m² Preço	250 2.244,59 €		731 48.324,70 €		487 40.618,49 €	462 41.047,99 €									1930 132.235,77 €	68,52 €/m²	
Arruamentos e Estacionamento (Cubo 11x11)	m² Preço				890 22.250,00 €			1192 4.590,28 €		614 9.123,40 €		269 2.550,00 €	414 4.200,00 €			3379 42.713,68 €	12,64 €/m²	
Arruamentos e Estacionamento (B. betuminoso)	m² Preço										2239 17.206,51 €			1090 16.903,90 €		3329 34.110,41 €	10,25 €/m²	
Passeios (Cubo 5x5)	m² Preço							600 27.896,49 €			660 19.850,00 €	107 2.500,00 €	290 7.530,50 €	466 14.750,00 €		2123 72.528,99 €	34,16 €/m²	
Passeios (Lajeado de granito)	m² Preço									120 5.100,00 €						120 5.100,00 €	42,50 €/m²	
Lugares de estacionamento (Cubo 11x11)	m² Preço										100 2.793,04 €		700 6.400,00 €	506 6.781,16 €		1306 15.974,20 €	12,23 €/m²	
Caldeiras de árvores	ml Preço							205 4.637,22 €		72 1.612,08 €						277 6.249,30 €	22,56 €/ml	
Espaços Públicos (Pavimentação)	m² Preço		382 66.660,20 €		3157 300.699,84 €			1133 108.761,78 €		669 39.144,83 €		161 23.425,27 €	466 49.870,17 €			5968 588.562,09 €	98,62 €/m²	
Instalações Sanitárias	Un. Preço														1 69.178,10 €	1 69.178,10 €	69.178,10 €/un.	
Muros (Granito)	m³ Preço									15 4.412,70 €		4 1.587,20 €	52 10.121,35 €			71 16.121,25 €	227,06 €/m³	
Jardim	m² Preço		52 800,00 €		108 1.112,00 €			127 1.905,00 €		68 2.040,00 €	458 1.374,00 €	36 36,00 €	313 2.973,50 €	77 3.487,21 €		1239 13.727,71 €	11,08 €/m²	
Mobiliário Urbano - Papeleiras	Un. Preço				14 13.966,40 €	6 5.985,60 €	2 1.741,66 €									22 21.693,66 €	986,08 €/un.	
Mobiliário Urbano - Bancos	Un. Preço				6 11.971,14 €	2 3.990,38 €										8 15.961,52 €	1.995,19 €/un.	
Mobiliário Urbano - Bebedouros	Un. Preço									1 1.847,14 €			1 1.847,14 €			2 3.694,28 €	1.847,14 €/un.	
Mobiliário Urbano - Abrigo de Passageiros	Un. Preço							1 22.374,00 €								1 22.374,00 €	22.374,00 €/un.	
Mobiliário Urbano - Suporte para bicicletas	Un. Preço							1 5.277,16 €								1 5.277,16 €	5.277,16 €/un.	
Mobiliário Urbano - Ecotainer	Un. Preço															3 55.001,00 €	3 55.001,00 €	18.333,67 €/un.
Mobiliário Urbano - Caleiras pavimento	ml Preço				137 8.529,48 €											137 8.529,48 €	62,26 €/ml	
Mobiliário Urbano - Mastros	Un. Preço									3 3.999,00 €						3 3.999,00 €	1.333,00 €/un.	
Mobiliário Urbano - Pilaretes	Un. Preço				117 18.966,87 €											117 18.966,87 €	162,11 €/un.	
Mobiliário Urbano - Protecção aos tubos de queda	Un. Preço															113 19.802,12 €	175,24 €/un.	
Fonte	Un. Preço							1 40.059,97 €		1 56.382,36 €					1 18.924,73 €	3 115.367,06 €	38.455,69 €/un.	
Iluminação Pública	vg Preço				95.280,98 €			39.490,40 €		122.129,97 €					1.277,90 €		258.179,25 €	
Rede Abastecimento de Água	vg Preço	20.190,34 €			62.000,46 €			9.601,04 €									91.791,84 €	
Rede Residual	vg Preço	14.343,93 €			41.907,57 €			17.042,50 €		2.506,64 €							75.800,64 €	
Rede Pluvial	vg Preço	22.829,48 €			51.983,80 €			17.042,50 €		52.067,25 €							143.923,03 €	
Revisão de Preços	vg Preço				22.632,44 €					35.074,47 €							57.706,91 €	
VALOR TOTAL (SIIVA)		128.315,53 €		48.324,70 €	703.641,25 €		41.047,99 €	303.486,46 €	136.517,15 €	559.564,68 €					91.380,73 €	55.001,00 €	2.067.279,49 €	

Nota: a coluna relativa à 2ª fase de intervenção - Av. 1º de Outubro, não se encontra preenchida pelas razões explanadas no subcapítulo 1.2 (metodologia de análise)